----- Ata n.º 381 -----

----- Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Anadia, presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia, Manuel José Santos Pinho, e secretariada pelo Senhor Primeiro Secretário, Arménio de Almeida Cerca, e pela Senhora Segunda Secretária, Anabela Fernandes Monteiro, com a seguinte ordem de trabalhos:----------

"Período de Antes da Ordem do Dia: ----------

----- ***Ponto um:*** *Apreciação e votação da Ata n.º 380 nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 35.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia (RAMA); ----------*

----- ***Ponto dois:*** *Intervenções dos Deputados Municipais, nos termos do art.º 35.º do RAMA. --*

Período da Ordem do Dia: ----------

----- ***Ponto um:*** *Apreciação da Informação da Presidente da Câmara sobre a atividade da Câmara Municipal, de acordo com o estabelecido na alínea c) do n.º 2 do art.º 6.º do RAMA; ---*

Ponto dois: *Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal do DDORC – Mapa de Demonstração de Desempenho Orçamental do período findo a 31 de dezembro de 2024, para os efeitos previstos no art.º 145.º da Lei n.º 45-A/2024, de 31 de dezembro e de acordo com o estabelecido na alínea l) do n.º 2 do art.º 6.º do RAMA; ----------*

Ponto três: *Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal da 1.ª Alteração Orçamental Modificativa/Revisão às Grandes Opções do Plano e ao Orçamento do Município de Anadia para 2025/2029, de acordo com o estabelecido na alínea a) do n.º 1 do art.º 6.º do RAMA; ----------*

Ponto quatro: *Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de projeto final de Regulamento Municipal para Atribuição de Habitações em Regime de Arrendamento Apoiado ou de Arrendamento Acessível, de acordo com o estabelecido na alínea g) do n.º 1 do art.º 6.º do RAMA; ----------*

Ponto cinco: *Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de primeira alteração ao Mapa de Pessoal aprovado para o ano 2025, de acordo com o estabelecido na alínea o) do n.º 1 do art.º 6.º do RAMA; ----------*

Ponto seis: *Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de nomeação do júri de recrutamento de cargos de direção intermédia, de acordo com o estabelecido no art.º 13.º da Lei n.º 49/2012, e 29 de agosto. ----------*

Período de Intervenção do Público: ----------

Período de Intervenção do Público nos termos do art.º 37.º do RAMA." ----------

----- À sessão compareceram as Senhoras e o Senhores Deputados Municipais dos seguintes Grupos Municipais (GM): ----------

----- • Manuel José Santos Pinho – GM do MIAP; ----------

----- • Mário Augusto Carreira Heleno – GM do PPD/PSD; ----------

----- • Nuno Ricardo da Costa Portovedo – GM do MIAP; ----------

----- • João José Rodrigues Gaspar – GM do PPD/PSD; ----------
----- • Fernando Augusto Rodrigues Barbosa – GM do PS; ----------
----- • Anabela Fernandes Monteiro – GM do MIAP; ----------
----- • Carlos Delfim de Almeida Correia – GM do MIAP; ----------
----- • Graciete da Piedade Seco Vaz de Crasto – GM do PPD/PSD; ----------
----- • Vítor Manuel Santiago Tavares – GM do MIAP; ----------
----- • João Carlos Seabra da Silveira Costeira– GM do PPD/PSD; ----------
----- • Marta Susana Taveira Duarte – GM do PS; ----------
----- • Sandra Marisa Queiroz Ferreira da Silva – GM do MIAP; ----------
----- • Arménio de Almeida Cerca – GM do MIAP; ----------
----- • Rui Manuel Soares de Oliveira Bastos – PCP; ----------
----- • César Henrique de Seabra Rangel e Andrade – GM do PPD/PSD; ----------
----- • António Rafael das Neves Timóteo – GM do MIAP; ----------
----- • Ana Cristina Gonçalves dos Reis e Silva – GM do PPD/PSD; ----------
----- • Pedro Pina Ribeiro – GM do PS; ----------
----- • Ana Paula dos Santos Alves Allen – GM do MIAP e ----------
----- • Elisabete da Conceição Aguiar Garrido – GM do MIAP.

----- Compareceram igualmente à sessão as Senhoras e os Senhores Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia (PJF), dos seguintes GM: ----------

----- • Lúcia Maria Rodrigues de Jesus – +PNT; ----------
----- • Manuel Batista Veiga – GM do MIAP – em substituição do PJF de Avelãs de Cima; -------
----- • Manuel Augusto de Seabra Salgueiro Neves– GM do PPD/PSD – PJF da Moita; ----------
----- • Artur Domingues Pires Salvador – GM do PPD/PSD – PJF de Sangalhos; ----------
----- • Mário Severo de Matos Marinho – GM do MIAP – PJF de São Lourenço do Bairro; ---------
----- • David Martins Fernandes – GM do PPD/PSD – PJF de Vila Nova de Monsarros; ----------
----- • Carlos Dinis da Silva Torres – GM do MIAP – PJF de Vilarinho do Bairro; ----------
----- • Ema Paula da Silva Dias Pato – GM do MIAP – PJF da União das Freguesias de Amoreira da Gândara, Paredes do Bairro e Ancas; ----------
----- • Fernando Adelino Pina Fernandes – GM do MIAP – PJF da União das Freguesias de Arcos e Mogofores e ----------
----- • Óscar dos Santos Ventura – GM do MIAP – PJF da União das Freguesias de Tamengos, Aguim e Óis do Bairro. ----------

----- Não compareceu à sessão o Senhor Deputado Municipal Henrique Manuel Lameirinhas de Almeida Rodrigues do GM do PPD/PSD. ----------

------ Da Câmara Municipal de Anadia estiveram presentes os seguintes elementos: ----------

----- • Maria Teresa Belém Correia Cardoso – MIAP – Presidente; ----------
----- • António Carlos Rodrigues Lopes – PPD/PSD – Vereador; ----------
----- • Jennifer Nunes Pereira – MIAP – Vereadora em Regime de Permanência; ----------
----- • Jorge António Tavares de São José – PPD/PSD – Vereador; ----------

----- • Lídia Maria Mota Santos Pato – PS – Vereadora; ----------
----- • Lino Jorge Cerveira Pintado – MIAP – Vereador em Regime de Permanência. ----------
----- Não compareceu o Senhor Vice-Presidente Jorge Eduardo Ferreira Sampaio – MIAP – em virtude de estar ausento do país, para acompanhamento e participação do BERLINER WINE TROPHY ----------

----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal: ----------

----- Muito boa tarde a todos, sejam bem-vindos a esta assembleia ordinária. Saúdo, pois, a Senhora Presidente da Câmara, bem como todo o Executivo, saúde igualmente o plenário da Assembleia Municipal, a comunicação social representada, o público presente e quem nos segue online. ----------

----- Esta sessão foi convocada conforme preceituado regimental e organização dos trabalhos obedece igualmente a este documento. A ordem de trabalhos foi aprovada pela Mesa, tendo sido ouvida a Comissão Permanente. A Mesa da Assembleia Municipal recebeu os seguintes pedidos se substituição: Dino Augusto Rasga por Manuel Marinha e Manuel Marinha por Elisabete Garrido. José Manuel Carvalho por Manuel Veiga. Foi ainda rececionado a informação dos vereadores Jorge Sampaio da sua ausência, João Nogueira, que se faz substituir por Silvana Marques, Silvana Marques por António Lopes. André Henriques que renuncia ao mandato sendo substituído por Lídia Santos Pato, a quem, desde já, dou as boas vindas. Verificada a identidade e legitimidade dos Deputados e verificada a existência de quórum, vinte e oito Deputados num universo de trinta e um, declaro aberta a sessão da Assembleia Municipal. São catorze horas e quarenta e oito minutos. ----------

----- E assim sendo e dando prossecução à ordem de trabalhos, entramos no **Período de Antes da Ordem do Dia** em que no seu **ponto primeiro consta a apreciação e votação da Ata número trezentos e oitenta, nos termos regimentais**. Dizer-vos, porém, que esta Ata pode ser ou melhor, não pode ser votada, por não estarem presentes na altura, Mário Heleno, Vítor Tavares, Rafael Timóteo, Pedro Ribeiro, Ana Paula Allen e Manuel Veiga. Assim sendo, dou a palavra ao plenário para, eventualmente, tecerem considerações que achem pertinentes, faz favor. Não havendo, portanto, inscrições para alguns apartes relativamente a esta Ata, ponha à votação quem vota a favor: primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, a Mesa. Quem se abstém: primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila. Quem vota contra: primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila. Portanto, foi aprovado por unanimidade com vinte e quatro votos a favor. ----------

----- Entramos agora no **ponto número dois do Período de Antes da Ordem do Dia** em que passa por uma apreciação da informação da Senhora Presidente da Câmara sobre a atividade da Câmara Municipal, de acordo com o preceituado regimental. Entretanto recebemos um pedido da Câmara Municipal de Anadia no sentido da aditação de um novo ponto à ordem de trabalhos e baseado, portanto, na sua urgência. Penso que todos terão recebido já essa informação e como também devem saber, portanto, o aditamento ou aditação também não sei dizer, mas a nossa colega Paula Allen poderá dizer se é aditamento ou aditação. Não aclaração é uma coisa

Senhora Engenheira não se meta nisso. É aditamento. Vou perguntar ao o nosso secretário-técnico da assembleia foi entregue essa informação? ----------
----- Foi dada o esclarecimento que eu pensei que fosse agora. É um pedido que foi feito pela Senhora Engenheira, na qualidade de Presidente da Câmara e também legitimada pela reunião da Câmara, portanto, da vereação do Executivo, em que refere que há um tema a proposta de retificação e aclaração, agora a Senhora Engenheira já poderia falar, do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas do Município de Anadia. Esta retificação e aclaração, portanto, que terá da nossa parte o pedido de aceitação através de voto para poder ser incluído, dado que se trata também de uma situação deliberativa e, como tal, só poderá ser no período da ordem do dia. Eu vou propor, se quiserem, esta informação e este pedido da Senhora Presidente da Câmara que terá que ser também segundo os preceituados regimentais aprovada por dois terços do plenário. Portanto, eu vou pôr à votação este pedido. Quem vota a favor que haja este aditamento: primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, Mesa. Penso que foi aprovado por unanimidade e proponho eu agora que este ponto seja o sétimo ponto da ordem de trabalhos que iremos seguir. Assim sendo, vamos entrar no período da Ordem, desculpem sim, não percebi. Proponho dois ou três minutos na altura para por proposta, não sei se concordam que haja dois ou três minutos para a leitura. Dois, três, quatro, cinco, desde que as pessoas se capacitem. Muito bem. Então vamos entrar então, de facto, dado que este ponto, portanto, foi, mas eu ainda não disse nada. De facto, nas intervenções dos Deputados municipais, nos termos regimentais, porque abro agora antena aos Senhores Deputados. Faz favor Senhor Deputado Pedro Pina. ----------

----- Senhor Deputado Municipal Pedro Ribeiro, do Grupo Municipal do PS: ----------

----- Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Anadia presado amigo Doutor Manuel Pinho, permita-me que o saudando a si saúde e cumprimente toda esta Câmara, nesta que já é seguramente uma das últimas oportunidades de em nome de Anadia nos reunirmos, no estrito cumprimento das exatas funções que atualmente desempenhamos. Outras circunstâncias, certamente, a todos sem exceção unirão e reunirão sempre com o propósito maior chamado Anadia no topo das prioridades de cada um de nós. A todos nós Senhor Presidente calhou em sorte uma parte significativa ou até mesmo toda a vida ter sido ou estar a ser vivida em democracia e estando ainda vigente o período comemorativo, a nível nacional, dos cinquenta anos do vinte cinco de abril de mil novecentos e setenta e quatro, gostaria o grupo de Deputados municipais do PS Anadia de saber junto de si, habitual coordenador das cerimónias alusivas por cá, à data libertadora do fascismo e se já é possível adiantar algum pormenor ou desenvolvimento relativos ao programa para este ano em Anadia. Estamos a pouco menos de dois meses de distância Senhor Presidente, e embora a nossa ânsia de festejar não seja comparável há ânsia de liberdade do povo português há cinquenta e um anos, presumo ser do interesse comum perceber junto de si nesta assembleia, há qual alguns de nós, inevitavelmente, em breve deixaremos de pertencer, o possível acerca daquilo que com toda a certeza o Senhor Presidente e a sua equipa já estão, com habitual entusiasmo, neste momento

a projetar. ----------

----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal: ----------

----- Relativamente a este pedido direto ao Presidente da Assembleia, cabe-me a mim então também dizer-lhe alguma coisa do que está ou que ainda não está preparado. De qualquer das formas, de facto, a minha opinião relativamente à comemoração, neste caso, do quinquagésimo primeiro aniversário do vinte cinco de Abril, cabe, como tem sido habitual, de facto à Assembleia Municipal, essencialmente, as comemorações do vinte cinco de Abril, ou seja, dividirei isto em duas ou três fases. Uma a sessão comemorativa que, de facto, é da nossa competência e que e quero ver sempre cada vez mais com a presença de todas as associações, de todos os órgãos autárquicos e depois a parte cultural ou lúdica também em conjunto e isso aí ultrapassa um pouco as competências do Presidente da Assembleia e da Assembleia, porque também não sou eu é a assembleia que organiza e sempre com a concordância dos representados na Assembleia. Mas também há a parte que dependerá também do Executivo camarário, no que refere a outras situações. Isso está em estudo, está em estudo a escolhas, está em estudo o quê e que, portanto, a seu tempo, não está descorado a seu tempo diremos, porque também eu não sei, não sei o que se passa. Penso que respondi. Deputado Nuno Portovedo, faz favor. ----------

----- Senhor Deputado Municipal Nuno Portovedo, do Grupo Municipal do MIAP: --------

----- Obrigado Senhor Presidente. Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, Excelentíssima Senhora Presidente de Câmara, começo por apresentar os meus cumprimentos, sendo os mesmos através de vossas excelências extensivos a todos os presentes nesta sala, bem como a todos os que assistem a esta sessão remotamente. Eu gostaria de abordar aqui dois temas que nós achamos que são de todo relevantes para o nosso Concelho, com o impacto que têm quer a nível social, quer a nível económico. O primeiro tem a ver com a saúde e daquilo que lemos e que sabemos há a possibilidade de estabelecer um acordo com a Misericórdia por parte do Ministério, obviamente, para a abertura de um centro de atendimento clínico no Hospital José Luciano de Castro e, portanto, era para saber qual é o ponto de situação e se efetivamente se vai concretizar? O segundo ponto tem a ver com se houve alguma evolução com a construção ou não do nó de acesso à A1 e também o ponto de situação relativo à construção da linha de alta velocidade que está projetada para atravessar e trespassar o nosso Concelho, se há alguma evolução também nesse processo. Muito obrigado. ----------

----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal: ----------

----- Muito obrigado Senhor Deputado, a Senhor Presidente quer esclarecer? ----------

----- Senhora Presidente da Câmara Municipal: ----------

----- Então muito boa tarde a todos, começo por cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia e a Mesa, obviamente, os meus colegas do Executivo já estivemos hoje de manhã em reunião do Executivo e cumprimentar todos os membros da Assembleia Municipal e também todo o público que nos segue através das redes sociais. ----------

----- Relativamente à questão que foi colocada relativamente ao Hospital da Misericórdia e ao

Centro de Atendimento Clínico, na verdade já existe um protocolo que foi assinado entre a Misericórdia e a tutela. Portanto o Centro de Atendimento Clínico integrado, portanto, já está a funcionar desde o mês de janeiro aqui no Hospital de Anadia. Congratulamo-nos obviamente por essa oportunidade e pela confiança que foi dada pelo Ministério da Saúde no sentido de reforçar o Hospital com outras respostas ao nível da saúde, para além de outro protocolo que a Misericórdia já tem e, obviamente, em articulação com o Serviço Nacional de Saúde como sabe. Esse protocolo carece ainda de ajustamentos e renovação e acreditamos que no futuro haja ainda uma possibilidade de acrescer outras valências, outras respostas do próprio hospital, quer em número quer em diversidade que dê respostas de atendimento, das especialidades. No caso do protocolo na situação em concreto o Centro de Atendimento Clínico está a funcionar desde o mês passado, como disse desde o início do ano, com uma boa resposta, com uma boa prestação, digamos que numa média de seiscentos atendimentos por mês. Na sua maioria as pessoas são de fora, claro que são de todo o distrito, que são encaminhados, através da linha de saúde, para o Hospital de Anadia, portanto, com a capacidade de resposta, com a orientação que é dada, mas o hospital tem estado à altura de prestar esse serviço. E, portanto, acho que o hospital está num bom caminho. Relativamente à outra situação do outro protocolo, pois também aguarda, obviamente, esse reforço e também perceber quem é que o vai monitorizar. Se é a ULS de Aveiro ou se é o ACSS, porque com esta desintegração da Administração Regional de Saúde, por outro lado com esta sobrecarga que existiu para as ULS, agora ainda se está aqui a fazer esta avaliação, se na verdade no acompanhamento que é feito às unidades hospitalares, se fica a cargo da ACSS ou se fica a cargo das ULS. ----------

----- No que respeita ao nó de acesso à autoestrada, bom nós fizemos, nós eu diria que Anadia e o Município vizinho, portanto, fizemos reuniões com os vários grupos, portanto, parlamentares e, na verdade, enfim, sensibilizando-os para aquilo que era a nossa pretensão, para aquilo o que é que já dispúnhamos e pronto, e as notícias mais recentes e com certeza que todos leram, nomeadamente do grupo parlamentar do PSD e do CDS que efetivamente colocaram na comunicação social a recomendação relativamente à importância que este nó representa para Anadia muito particularmente e, obviamente, para toda a região. Portanto, estamos a aguardar que efetivamente haja algum desenvolvimento nos próximos tempos, sendo certo que a própria Brisa nos contactou no sentido de perceber se estávamos disponíveis ou não para fazerem, enfim, um alinhamento de qualquer estudo prévio, esse estudo prévio já tinha sido feito pelos nossos serviços, portanto, apresentamos aquilo que dispúnhamos e, portanto, agora aguardamos que haja o desenrolar, enfim, de novos pedidos de informação ou algo mais em concreto no que respeita à solução, à viabilidade deste nó, eu digo à viabilidade de construção seja um bocadinho mais para o lado esquerdo ou para a direita, mas que haja a concretização e obviamente a questão do financiamento que já percebemos que passa por um ajustamento das concessões que estão ser feitas ou renegociação ou pura e simplesmente, a abertura de um novo concurso para as concessões. E é tudo o que tenho para dizer para já relativamente a este ponto. ----------

----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal: ----------
----- Muito obrigado Senhora Presidente, darei a palavra ao Senhor Deputado Carlos Correia. ---
----- Senhor Deputado Municipal Carlos Correia, do Grupo Municipal do MIAP: ----------
----- Muito obrigado Senhor Presidente. Apresento os meus cumprimentos a toda a Mesa, à vereação na pessoa da Senhora Presidente da Câmara, aos colegas, à comunicação social, a todo o público presente e a quem nos segue online. ----------
----- Portanto a pergunta ou o esclarecimento a prestar será pela Senhora Presidente da Câmara, então é o seguinte, sabendo que se concretizou mais uma transferência de competências do poder central para as autarquias e esta no que se refere ao estacionamento de veículos nos espaços públicos e as inerentes multas a isso associadas, caso não sejam respeitadas as respetivas normas legais. Solicitava que esclarecesse se se trata de, passe a expressão, um presente envenenado, à semelhança das transferências nas áreas da Saúde, da Educação, etc., ou se desta vez vêm vantagens, nomeadamente pecuniárias para o Município. E é só, muito obrigado. ----------
----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal: ----------
----- Muito obrigado. Quer comentar Senhora Presidente? ----------
----- Senhora Presidente da Câmara Municipal: ----------
----- Sim, ora bem, esta transferência de competências não passou agora, já passou em dois mil e dezoito, mas, na verdade, andou uns tempos a marinar, até porque, no fundo, houve esta transferência de competências, mas o problema era concretizá-la, colocá-la no terreno e fazer toda a articulação necessária, nomeadamente com a Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária. E como, enfim, gerir esta situação? Porque no nosso caso em concreto nós não temos Polícia Municipal, portanto, são as forças de segurança a GNR e, obviamente, que tivemos que tratar com eles perceber exatamente o que é que isto dizia respeito e como é que se iria articular. Foi difícil, obviamente, perceber as plataformas que eram necessárias para tramitar todos os procedimentos com Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, o dito SCOT e depois também articular aquilo que são as nossas aplicações com as aplicações da Autoridade de Segurança Rodoviária, mais a SIBS pelo meio etc. Portanto, foi aqui um longo caminho que foi feito e pese embora a GNR há muito que, enfim, pretendia que isto se concretizasse, mas, na verdade, nós não tínhamos forma de receber o valor das coimas, até porque só por mera transferência bancária nós nunca iríamos conseguir identificar, enfim, todas as pessoas que faziam as transferências para o Município e a respeito de quê. À parte dessa questão das plataformas fizemos também uma parceria com os CTT, entidade que está a trabalhar connosco neste processo, nomeadamente na parte da tramitação e eu diria que este se calhar é das situações mais delicadas em termos a transferência de competências que o Município tem, porque as outras têm a ver com a questão do pacote financeiro que o Estado iria transferir, neste caso em concreto o Estado não transferiu nenhum pacote financeiro para o Município exercer esta competência. Portanto, o que se passa é a GNR aplica as multas e naquilo que é o estacionamento público, cumprindo obviamente as regras do Código da Estrada,

pelo menos alertando para aquilo que deve ser o cumprimento do Código da Estrada. Multa essa que sendo aplicada, portanto, o que é que as pessoas fazem, as pessoas vêm pagar à Câmara Municipal, se for de sua livre vontade e iniciativa vem pagar o valor aqui a tesouraria da Câmara, portanto, temos que ter uma pessoa disponível para receber esse valor da coima. Quando as pessoas não pagam de forma voluntária das duas uma, ou vem a segunda e têm pagar a dobrar ou então pura e simplesmente o processo segue diretamente para os CTT, que faz a notificação também dos autos que são levantados, portanto, notificam as pessoas e obviamente que levantado o auto de contraordenação notificam as pessoas, se as pessoas não se defender ou se se defenderem os próprios CTT, portanto, têm este serviço, portanto, trata do procedimento e depois, enfim, as pessoas terão que vir necessariamente pagar. E esse diria que é o pior ónus que nós temos, porque as pessoas pensam que vêm pagar à Câmara e que é o Município que fica com o dinheiro e, portanto, nós acabámos por ficar com o ónus, porque, no fundo, é Câmara que manda a GNR multar aqui e ali pelas Freguesias todas e, portanto, nós ficamos com o dinheiro para fazer tudo e mais alguma coisa. Aliás, enfim, já tive situações bastante desagradáveis em que as pessoas não entendem porque é que acontece e, portanto, é a Presidente da Câmara que manda a GNR multar e pronto e eu percebo, obviamente, o desconforto das pessoas, daí dizer que esta é uma transferência que tem um ónus ainda pior para a Câmara Municipal, porque, no fundo, temos que assumir e muito particularmente eu, que depois, enfim, havendo auto de contraordenação tenho mesmo que aplicar a coima se não houver, fazer aplicar a coima se não houver essa defesa. À parte disso, só para vocês terem uma noção daquilo que é o valor das coimas, uma coima no valor de trinta euros, se a pessoa vier pagar trinta por cento dessa coima vai para a GNR, portanto, trinta por cento são nove e euros vai para a GNR, depois de pagar através do Multibanco estão na ordem dos trinta e oito cêntimos que vai para a SIBS e depois ainda há o processo da tramitação que se não vier pagar, eventualmente vai para os CTT e os CTT por cada processo são dezasseis euros. Portanto, vejam do valor o que sobra para a Câmara, enfim, se calhar sobrará na ordem dos quatro euros e sessenta. Agora posto isto é preciso termos a pessoa cá dentro ou eventualmente a tesoureira, mais a outra pessoa tem que fazer circular a comunicação ou o expediente e muitas vezes quando ainda não vêm as defesas diretamente para a Câmara e, portanto, têm que ser, enfim, a nossa jurista a rececionar, ver se a defesa é válida ou não ou então encaminha-la para os CTT e, portanto, há aqui uma envolvência de recursos humanos, para além da prestação de serviços que temos com os CTT, e, portanto, é este o presente, eu diria sim, um presente envenenado que nós temos, não só na parte financeira, mas eu diria que o pior ainda é o ónus com que a Câmara fica, na medida em que somos nós os responsáveis por mandar a GNR ou pelo menos é assim que as pessoas pensam, por mandar a GNR a multar quando o valor que sobra é praticamente nada, feitas as contas, portanto, de toda a envolvência neste processo, portanto, e este é o ónus pior que nós podemos ter nestes processos de transferência de competências é sentirmo-nos responsabilizados por algo em que não devíamos ter nenhuma responsabilidade. Não sei se respondi, mas pronto, portanto,

vantagens nenhumas. Esta é daquelas que se deviam poder devolver ao Estado, porque, de facto, não há qualquer interesse em o Município estar a assumir esta responsabilidade. ---------

----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal: ----------

----- Muito obrigado Senhora Presidente pelos esclarecimentos. Dou a palavra ao Senhor Deputado Fernando Barbosa, faz favor. ----------

----- Senhor Deputado Municipal Fernando Barbosa, do Grupo Municipal do PS: --------

----- Muito boa tarde Senhor Presidente da Assembleia Municipal, cumprimento-o a si e aos restantes membros da Mesa, à Senhora Presidente da Câmara e os Senhores vereadores, caros colegas da Assembleia Municipal e a quem nos segue presencialmente ou por via eletrónica. ---------- Queria fazer uma pequena intervenção relativamente a um assunto da segurança rodoviária. Na informação que foi distribuída aos Deputados por via eletrónica, refere-se que na informação dos serviços camarários, que a Senhora Presidente eventualmente abordará no ponto número um da ordem do dia, refere-se que está neste momento em processo de concursal, digamos em concurso, a adjudicação da construção de duas rotundas nas estrada nacional duzentos e trinta e cinco na zona da Moita, penso eu, e uma outra perto. Congratulamo-nos naturalmente com esse andamento, com o desenvolvimento do processo que já tínhamos conhecimento, porque nesse local tem havido com alguma frequência acidentes e já algumas mortes, portanto, sabemos que a estrada é nacional, que devia ter sido feito pelas Infraestruturas de Portugal, mas por acordo com a Câmara o assunto está a desenvolver-se e ainda bem. Queria falar, no entanto, não na construção de mais uma rotunda que há muita gente a pedir rotundas, mas relativamente a uma rotunda existente em Tamengos, amigos, que eu chamaria a rotunda do cruzeiro, embora não tenha esse de nome, mas efetivamente é conhecida por isso, porque tem um cruzeiro no meio da rua, no meio da rotunda desculpe, e na qual confluem a Rua das Camélias, que atravessa, portanto, nos dois sentido de sul para norte ou de norte para sul e também a chamada Rua do Cruzeiro que dá acesso de Tamengos ao IC dois e ao apeadeiro de Aguim, por exemplo. Além disso há uma outra rua de menor trânsito, menor tráfego, que é uma rua designada recentemente por Rua dos Freixos que dá acesso à Universidade Sénior e à Curia Tecnoparque. Ora bem, pelo facto de estar ligado ao IC dois e a Ventosa do Bairro, através da Rua das Camélias, a Horta, etc., aquelas estradas tem muito tráfego e têm ocorrido com frequência acidentes. Por enquanto não tenho conhecimento de terem sido com vítimas mortais, mas com muitas, digamos, deteriorações em viaturas e até no próprio não no cruzeiro, mas na proteção do cruzeiro que tem lá uns pilaretes, não sei como chamar aquilo, metálicos, que ainda um deles recentemente foi destruído ou parcialmente destruído. O que eu queria chamar à atenção e que me parece que os serviços camarários deveriam estudar uma solução para aquela situação. Ela é extremamente perigosa e não gostaria que até agora, aparentemente, há só danos, digamos, materiais, mas poderá haver a curto prazo outro tipo de danos. Como resolver os serviços técnicos saberão, a mim meio leigo, diria que é a colocação de lombas de redução de velocidade que eventualmente poderá resolver o assunto. Digamos que aquelas estradas na aproximação à rotunda são bastante extensas e,

portanto, isso provoca que os condutores têm tendência a puxar, digamos, pelo motor. Por outro lado, há alguma dificuldade de visibilidade, nomeadamente entre a Rua das Camélias e a Rua do Cruzeiro, a tal que dá acesso ao apeadeiro de Aguim. De maneira que eu solicitava à Senhora Presidente que, se possível, ainda no seu mandato mandasse estudar este assunto com vista à sua solução, que não é nada de significativo em termos de custo, portanto, quaisquer duas ou três lombas resolve ou pelo menos atenua problema. Acontece até que efetivamente hoje com a situação que é em todas as viaturas há uma insonorização crescente para defesa do ambiente, a verdade é que isso é bom para o ambiente, mas é mau para quem tem que se atravessar as estradas, porque muitas vezes é confrontado com o aparecimento de viaturas, sejam veículos automóveis ou motociclos ou outro qualquer deste tipo e não se apercebe sequer da sua chegada, porque o não fazem ruído. Era só isto que queria deixar como eventual solução para o problema. Muito obrigado pela atenção. ----------

----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal: ----------

----- Muito obrigado Senhor Deputado, penso que foi só o levantamento de um problema que pensa ter que ser resolvido. Não sei se a Senhora Presidente quererá tecer alguma consideração. ----------

----- Senhora Presidente da Câmara Municipal: ----------

----- É evidente que nós todos temos opinião e a opinião de tudo, sugerimos tudo e mais alguma coisa, mas, na verdade, não há soluções perfeitas. E eu recordo ainda antes da construção da rotunda de Aguim toda a gente defendia que era preciso uma rotunda para reduzir a velocidade e, portanto, no caso em concreto o Senhor está a dizer o oposto. mas, na verdade, também lhe digo que o facto de haver uma rotunda e o Senhor também constatou, isso também não reduz só por si a velocidade, Aliás qualquer uma das rotundas, seja ali na rotunda de Sangalhos, na nacional, quantas vezes já não foi abalroada. O caso da rotunda de Aguim/Peneireiro ainda na semana passada, se me recordo, houve uma Senhora que foi em frente. Bem, nós questionamos, mas quer dizer como é que isto acontece? As pessoas não têm que andar a velocidades moderadas? Se ali na estrada nacional, quer dizer, já por si porque há a aproximação de uma rotunda, não conseguem travar e vão em frente? Agora nas aldeias, nas localidades, diz o Código da Estrada e faz as recomendações da velocidade a que se deve andar. Agora se nós em cada estrada, cada perigo que existe, nós vamos colocar lombas, bom, não fazemos outra coisa com o desconforto também que as lombas trazem. Porque o Senhor Engenheiro se tivesse uma lomba dessas à sua porta, se calhar a seguir, no dia seguinte vinha pedir para tirar a lomba, com todo o transtorno que a lomba provoca, porque, de facto, as pessoas chegam ali travam, depois são as carrinhas de caixa aberta que enfim fazem aquele barulho durante a noite e depois incomodam as pessoas. Quer dizer, isto não há soluções ideais, devia haver é um bocadinho mais de civismo para as pessoas andarem a velocidades moderadas, e no caso daquela rotunda ainda por cima tem uma cruz, quer dizer a cruz vesse ao longe, quanto mais não seja fosse devia-se respeitar o Cristo que lá está ao longe, mas nem isso as pessoas fazem porque acabam por abalroar também a própria rotunda. Mas pronto, não

há soluções perfeitas, efetivamente, porque há falta de civismo e nós queremos encontrar soluções para ir ao encontro da falta de civismo naquilo que é a falta de respeito pelo Código da Estrada. E quando assim é, obviamente, que não há soluções perfeitas e só o que eu tenho para dizer relativamente a essa situação muito em particular. Já agora se dizer-lhe também que quando referiu que estamos com a construção de duas rotundas uma na Moita não, a da Moita já lá está mais à frente e, portanto, as outras já ficam noutra Freguesia, portanto, é só esse aparte, desculpe. Obrigada. ----------

----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal: ----------

----- Muito obrigado Senhora Presidente, penso que só deveria omitir a história de ter sido uma Senhora que foi em frente, porque isso pode haver aqui alguma confusão e vou dar a palavra ao Senhor Deputado Rui Bastos, faz favor. ----------

----- Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP: ----------

----- Obrigado Senhor Presidente, cumprimento desde já e na sua pessoa todos os que estão presentes ou nos acompanham online. ----------

----- A minha pergunta será muito rápida, está prestes a concluir o prazo que está definido por lei para a elaboração do relatório de oposição e a pergunta será e uma vez que existe margem de manobra para proceder a algumas alterações, era se a Senhora Presidente prevê, no fundo, incluir aquilo que refere o ponto dois do artigo dez, que é desculpe, enviar para os titulares do direito de oposição, a fim de que sobre ele se possam pronunciar e de que forma é que será divulgada essas pronúncias. Obrigado. ----------

----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal: ----------

----- Muito obrigado Senhor Deputado, queira responder Senhora Presidente. ----------

----- Senhora Presidente da Câmara Municipal: ----------

----- A seu tempo o Senhor Deputado irá perceber, enfim, sobre o documento, ainda não chegou lá porque ainda está, obviamente, o processo em elaboração. ----------

----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal: ----------

----- Muito obrigado, dou a palavra ao Senhor Deputado João Gaspar, faz favor. ----------

----- Senhor Deputado Municipal João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD: -------

----- Boa tarde a todos. Cumprimento o Executivo, a Mesa na pessoa do seu Presidente, todos os colegas e todas as pessoas que nos estão a escutar. ----------

----- No seguimento do que a Senhora Presidente há bocado falou acerca das multas, só para eu ter uma ideia mais concreta acerca daquilo que se segue àquilo que a Senhora explicou, ou seja, se a pessoa não pagar junto dos Correios e isto é talvez um defeito profissional ainda, se não pagar vai para o tribunal para executar a contraordenação, penso eu, portanto, indo para o tribunal, a Câmara ainda vai receber menos, porque através do tribunal há as custas que são aplicadas ao processo, Depois vamos estar não sei quanto tempo à espera que as pessoas paguem ou não e nessa sequência, quando o dinheiro chega, a minha dúvida é como foi a GNR que aplicou a multa, embora seja a Câmara que executa, quem é que depois vai receber o dinheiro que é cobrado em tribunal? É a Câmara é a GNR e a Câmara passa ao lado? Esta

situação também ainda não está aí especificada e eu aí também tenho dúvidas até orgânicas, como é que será cobrada e depois seja feita a divisão, porque das contraordenações, se eu bem me lembro, eram feitas com dez por cento para o Estado e o Estado deve continuar a receber os dez por cento e o restante seria para a GNR. Neste caso é GNR que autua e é a Câmara que executa, o dinheiro vai para a GNR vem para a Câmara? Ainda não aconteceu e se calhar aí a Câmara vai fazer esse serviço todo e não vai receber nada. Ainda vai é pagar por cima. Era só. -

----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal: ----------

----- Muito obrigado, se calhar esses dez por cento da são retirados aos nove que recebe e quem é que paga à Câmara? O crime compensa ainda. Não sei se quer tecer comentários Senhora Engenheiro? ----------

----- Senhora Presidente da Câmara Municipal: ----------

----- Só dizer que ainda não tivemos nenhuma situação dessas em concreto, mas, na verdade, é isso, depois de todo o processo, portanto, tramitado pelos CTT que nos remete depois o auto de contraordenação para nós o executarmos, obviamente que o interessado volta a ser notificado para isso. Eu penso que isso nem chegará a tribunal. Eu penso que isso depois passará por um processo de execução fiscal, mas nós ainda não tivemos essa situação, mas ainda não porque senão é mais, enfim, um constrangimento pessoal, pessoal do Presidente da Câmara que de facto é bastante desconfortável quando chegamos a situações dessas. Se tiver que ir para tribunal um ponto desses, imagine então aí entre a defesa de um entra a defesa dos outros. Então isto é um processo que, enfim, que nunca mais acaba. ----------

----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal: ----------

----- Muito obrigado Senhora Presidente. Vou dar a palavra à Senhora deputada Sandra Marisa, faz favor. ----------

----- Senhora Deputada Sandra Marisa, do Grupo Municipal do MIAP: ----------

----- Os meus respeitosos cumprimentos, dirigindo-me desde já ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, estendendo-se aos Senhores secretários, à Digníssima Presidente de Câmara, aos Senhores vereadores, membros da Assembleia Municipal, destacando os Senhores Presidentes de Uniões e Juntas de Freguesia, público aqui presente, público que assiste a esta assembleia por transmissão online, também extensível a todos aqueles que tornam possível a realização desta Assembleia Municipal e, por fim, à comunicação social. ----------

----- Como é do conhecimento público, decorreu na segunda-feira passada a sessão de abertura da Escola da Bairrada, Polo de Anadia que funcionará no edifício da antiga Escola Secundária, tendo esta cerimónia contado com a presença do Presidente do Instituto Politécnico de Coimbra. O Município celebrou um protocolo com o Politécnico e será este Instituto que, através das suas unidades de ensino, designadamente, a Escola Superior Agrária de Coimbra, da Escola Superior de Educação e Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital, que irá então ministrar as formações superiores que ali serão desenvolvidas. Este Polo apresenta uma vantagem comparativamente a outros, porque será também dotado de uma residência

estudantil, disponibilizando alojamento para os seus estudantes. Peço, se possível, que a Senhora Presidente de Câmara faça nesta assembleia uma breve exposição dos termos essenciais do protocolo celebrado, da oferta formativa prevista, das datas fixadas para os inícios dos cursos e atendendo que as obras de reabilitação e adaptação do edifício ainda se encontram em curso que identifique o local ou locais onde decorrerão as aulas na fase inicial, bem como informe sobre a previsão quando é que as instalações deste novo Polo passarão a acolher os seus alunos. Obrigada. ----------

----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal: ----------

----- Muito obrigado Senhora deputada. Senhora Presidente queira responder e expor. ----------

----- Senhora Presidente da Câmara Municipal: ----------

----- Desde logo o protocolo com o politécnico não foi celebrado agora, portanto, já foi no ano anterior, no fundo, um compromisso entre o Município de Anadia, o Instituto Politécnico e também o Município da Mealhada, porque esta Escola da Bairrada que têm estes dois Polos Anadia e Mealhada, portanto, foi assinado no mesmo dia, em conjunto com o politécnico. Num compromisso, obviamente, de reforçar a oferta formativa nestes dois Concelhos e, de facto, a nossa aposta passou pela sinalização de algumas áreas que seriam prioritárias e em complemento até a certos cursos profissionais que já existem também no nosso Concelho e teria que ver com a parte desportiva, com a parte do digital e também com a parte desportiva. E, na verdade, no fundo, este tem sido um processo digamos que têm crescido, que se tem ajustado no sentido da criação efetiva dos cursos para o nosso Município. Sejam as micro credenciações, sejam os CTeSP, ou seja, também a pós-graduação que também irá haver. Portanto, aquilo que também para dizer que o protocolo não encerrou a oferta formativa, criou foi sim uma parceria e um compromisso com os dois Municípios de criar essa oferta formativa nos Municípios, disponibilizando os Municípios as infraestruturas necessárias para o efeito. Quanto à parte formativa, tem sido um processo que tem vindo no seu tempo a adaptar-se e, portanto, também na prospeção, obviamente, dos alunos e que não está estagnado, portanto, a apresentação que foi feita na segunda-feira dirigida aquelas micro credenciações onde surgiu a Escola de Oliveira do Hospital que esteve presente, que irá dar uma formação, mas não quer dizer que ficará para sempre por aí e, portanto, são formações que se irão ajustando também no tempo. O caso diferente já são os CTeSP na parte das informáticas e da enologia ou da viticultura, como também nas pós-graduações que venham a surgir e que estão a ser trabalhadas também na parte de enologia. Na questão do desporto, estamos a trabalhar na oferta da complementaridade entre o Município da Mealhada e o Município de Anadia, porque o Município da Mealhada tem infraestruturas que nós não temos e, por outro lado, nós temos infraestruturas que o Município da Mealhada não tem e, portanto, face à procura e à diversidade, o número também que temos de cursos profissionais, quer num e noutro Concelho, com modalidades diferentes num e noutro Concelho de infraestruturas adaptadas para o efeito, obviamente que estamos também a estudar esta complementaridade. A abertura iniciou-se com a Mealhada, mas estamos também a trabalhar no sentido de criar também a abertura também

Anadia, portanto, isto é um processo que tem vindo a ser ajustado e que só, enfim, ao longo dos anos se irá consolidar no sentido de trabalharmos e ir dando resposta, efetivamente, à procura em função dos cursos que existem, mas, sobretudo e grande preocupação é que seja ajustado ao mercado de trabalho e, portanto, é um trabalho que também está a ser feito e ajustado junto das empresas da região e nomeadamente do Concelho, de forma a que muitos desses cursos, além da componente prática, ou melhor da componente teórica possam ter, pelo menos, também um semestre em componente prática, nomeadamente, nas próprias empresas, portanto, isto também a ser trabalhado. Portanto, é algo que não está fechado, que está em ajustamento. E depois também dizer que nesta primeira fase e das micro credenciações, como vocês ouviram, portanto, havendo esses alunos para já irão ser dadas essas aulas, nomeadamente, aqui no Museu do Vinho. Estamos a trabalhar no piso do rés do chão da antiga Escola Secundária que é onde efetivamente funcionará este Polo do Politécnico, não confundindo com a residência de estudantes que funcionará ao nível do primeiro e segundo piso, as obras que estão praticamente em conclusão, esta residência não está afeta ao politécnico. Esta residência foi criada para dar resposta aos alunos do Ensino Superior, sejam eles de licenciatura, sejam de mestrado ou sejam de doutoramento, portanto, funcionará de forma independente, têm entradas separadas, terão gestão independente, a residência do Polo, portanto, criado o politécnico e, portanto, são situações separadas, o que não quer dizer que, no futuro, alunos que fiquem, que tenham interesse nos cursos que venham a ser ministrados no nosso Polo e que sejam ligados ao ensino superior ou pós-graduações, que não possam efetuar a sua candidatura à residência do alojamento estudantil que foi concebido, mas para, repito o ensino superior, portanto, mestrados ou doutoramentos. ----------

----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal: ----------

----- Muito obrigado Senhora Presidente. Vou dar a palavra ao Senhor Deputado Artur Salvador, faz favor. ----------

Senhor Deputado Municipal e Presidente da Junta de Freguesia de Sangalhos Artur Salvador, do Grupo Municipal do PPD/PSD: Muito obrigado Senhor Presidente, permita-me que em si cumprimente toda a assembleia, desejando a todos um bom trabalho em prol de Anadia e pedi a palavra, o assunto era para eu abordar mais tarde, mas já que ele foi aqui aflorado ou aclarado, que é uma palavra que já foi aqui utilizada hoje relativamente às multas, intervenções das forças de segurança, a disponibilidade de lugares de estacionamento e periféricos. Isto não é um assunto grave, não é só de Anadia, é um assunto a nível nacional e, portanto, como é um assunto grave, ele não fica reduzido a quem paga a multa e de que forma é que faz e se faz de livre vontade ou se faz persuadido num contexto jurídico. são situações dramáticas e falo pela minha Freguesia e hoje entendo aquilo que a Senhora Presidente nos tenta transmitir, quando diz que fica com o ónus do procedimento final, porque eu também sinto isso, agora percebo bem, estou mais aclarado, fez-se luz sobre o que é que se está a passar, portanto, uma delegação de competências de dois mil e dezoito que agora a GNR percebeu que tinha um bode expiatório, vai para a rua, multar a torto e a direito e depois quem

fica com o ónus do processo é a Junta de Freguesia e é a Senhora Presidente Câmara, portanto, aqui estamos a dividir já o peso do processo. O problema não é, não é assim tão clarinho, porque nós e eu falo pela minha Freguesia, tenho situações de décadas, em que casas antigas não têm estacionamento dentro de casa e tem que deixar o carro à porta, como o faziam há décadas. E o problema é que sem fazer a prevenção da situação, que é isso que eu ando a debater com a GNR, que deve ser feito, entendo que deve ser feito, deve ser feita prevenção e informação numa primeira fase e depois sim multar. Na realidade, a prevenção é eu estar a receber na Junta de Freguesia por dia cinquenta cartas de aviso de receção de multas foram passadas em setembro, outubro e ainda não chegámos a novembro e a dezembro e a janeiro e, portanto, parece-me que há aqui qualquer coisa que não está bem feita, que tem que ser modelada, porque há situações de pessoas que não têm a solução para o estacionamento. Há cinquenta anos atrás não era uma obrigação, as estradas foram melhoradas, etecetera, mas as pessoas continuam a estacionar ao lado de casa ou perto de casa. Hoje em dia para não serem multadas as pessoas têm que estacionar a cem metros de casa, duzentos metros de casa, a cinquenta metros de casa e, portanto, não me parece que sem uma fase de prevenção e de informação se faça isto às pessoas e fiquemos reduzidos a um cumprimento de um procedimento que é feito pela GNR e depois o seu acompanhamento até ao processo final, fique para as autarquias, para as Juntas de Freguesia. Eu não tenho das minhas competências dar instruções à GNR, mas é isso que a GNR passa quando as pessoas vão reclamar a GNR, agora percebo porque é que as mandam ir ter à Junta de Freguesia, era o que mais faltava. Eu desde o episódio do largo da Capela de Sá do ano passado, em que tive uma espera dos quarenta ou cinquenta residentes que foram autuados sem a fase de prevenção e de informação, agora percebo porque é que lá vão e porque é que o Presidente de Junta não resolve o problema de estacionamento, porque a GNR disse que era a minha competência. E, portanto, há aqui uma informação que está trocada, vamos ter que nos sentar à Mesa e falar sobre isto, porque não é multa, quem é que a paga é qual é a solução do estacionamento. Porque há pessoas que não o têm e, portanto, deixar aqui esta reflexão também, porque, no futuro as coisas tendem a agravar, até porque as pessoas estão a receber as cartas todos os dias e é ruas a direito, ruas a direito e, portanto, deixar esta reflexão, porque acho que vamos ter que pegar nisto e falar, porque não é só passar culpas, não é passar competências e muito menos culpas. Tenho dito. ----------

----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal: ----------

----- Muito obrigado Senhor Deputado, a Senhora Presidente quer comentar, reforçar, faz favor.

----- Senhora Presidente da Câmara Municipal: ----------

----- Eu volto a dizer, esta competência veio junto com o pacote desde dois mil e dezoito, obviamente que até se montar esta estrutura nós andámos a empurrá-la para a frente e veio o covid e veio isto e veio aquilo e nós tentámos empurrar isto para a frente. Portanto, não é a GNR é agora, embora nalguns Concelhos já começaram há um ano e há dois anos atrás, que era algo que eles também queriam fazer aqui. Porquê, porque eles queriam aplicar as multas e

que as pessoas viessem pagar ou por multibanco diretamente ou por transferência bancária e nós nunca aceitamos isso, porque não tínhamos a ligação das plataformas da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária e termos, obviamente, todo o circuito dos autos de contraordenação, até para vos dizer ainda há bem poucos dias nós nem tínhamos acesso às contraordenações, as pessoas vinham reclamar, mas nós nem sequer víamos os autos de contraordenação, não os conseguíamos visualizar nas plataformas. Pronto, tudo isto tem sido afinado, é evidente que chegou um momento em que a própria autoridade já nos questionava porque é que não tínhamos a situação a funcionar e, portanto, foi até ao limite do timing que nós podíamos para termos o sistema dizer olha já temos o sistema todo a funcionar e, portanto, vamos lá ver como é que isto, o que é que isto vai dar. E, na verdade, pois para a GNR que tem essa autoridade, sai à rua e vai por aí fora e diz e bem, a situação que expôs acontece em todas as Freguesias, portanto, ruas onde só cabem dois carros e às vezes mal, se um estacionar já leva multa, porque o outro para ultrapassar tem que transpor a via para o outro lado e, portanto, está logo em transgressão. E depois, enfim, nós não entendemos isto, mas depois as pessoas também diga-se às vezes até se aproveitam destas situações para fazer queixa do próprio vizinho. Então eu não quero o carro aqui estacionado e depois são as próprias pessoas que vivem naquela rua que chamam a GNR e dizem eu não quero aquele carro aqui, porque depois não consigo sair e eu não vejo, eu não sei quê. Pronto, e a partir daí a GNR tem dois motivos é que, na verdade, o vizinho fez queixa e não tem visibilidade para sair e, por outro lado, está a transgredir de acordo com o Código da Estrada e, portanto, isto acaba por ser ainda um bocadinho mais complicado, mas pronto, assim vocês começam a perceber que além, enfim, de toda esta complicação, as próprias Juntas de Freguesia também acabam por estar envolvidas em todo este processo. E, por último, deixe-me só dizer que também e aqui com as forças de segurança, o nosso Capitão saiu, foi fazer uma formação, este assunto foi exposto ao Coronel que está em Aveiro, o Capitão daqui que era o de Águeda que estava a substituir estava em transição. O nosso capitão chegou agora e, logicamente, eu já tenho uma reunião marcada com ele agora nos primeiros dias do mês de março para abordarmos esta situação, entre outras, mas esta que é deveras uma preocupação que temos. Porque se há situações em que, por exemplo, enfim, aqui no acesso à Câmara, à garagem da Câmara, há uma faixa de estacionamento e as pessoas estacionam na faixa de estacionamento e há outros que estacionam junto aos pinos. Não sei se foi algum de vocês, mas, pronto, não sei. Portanto, o que quer dizer ali, está lá uma placa atrás que diz proibido estacionar, portanto, se a GNR chegar lá e multar muito bem, faz muito bem em multar porque estão a transgredir. Está lá a placa a dizer proibido estacionamento e, logicamente, se houver carros além da faixa, se houver carros por ali fora, se eu sair da garagem, se vier do outro lado ou eu recuo ou o outro recua para a estrada, porque não há forma de passarmos os dois. Pronto, mas estou a dar este exemplo nesta situação que eu acho que se está lá a placa muito bem. Agora nas nossas aldeias é complicado e depois também temos situações, olhe algo idêntico aquilo que acontece ali na Rua dos Olivais, ali na rua do Deputado João Gaspar, em que há ali uns passeios que permitem

estacionamento e por aí fora, que é para dar a prioridade ao estacionamento, porque aqueles que não tinham garagens aquelas coisas, mas depois também dá para os peões. Mas no dia em que acontece ali um acidente, chamam a GNR e pronto. Depois já não podem lá estacionar e depois vêm as pessoas e reclamam, mas há aqui um comércio então como é que é, mais não sei quê. Ponham uma placa aqui a permitir o estacionamento. Bom, vamos permitir o quê, mas os peões também têm que andar nos passeios. Pronto e é esta a dificuldade que nós temos em gerir este processo, porque as estradas eram estreitas e agora elas não alargam e, portanto, tem de haver passeios para as pessoas andarem a pé, faixas de estacionamento para os carros estacionarem o parque estacionamento e, obviamente, a faixa de rodagem para os carros circularem. Agora, isto é onde é possível, onde não é possível, tem de haver o bom senso, como é óbvio, um bom senso das forças de segurança e o bom senso também muitas vezes das próprias pessoas que vivem na rua, nos locais, não é. Que quando são as pessoas, nomeadamente os que vivem por ali, que são eles próprios a chamar a GNR, pronto, aí perdemos a razão toda de estar, enfim, a apelar ao bom senso, não é. ----------

----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal: ----------

----- Muito obrigado Senhora Presidente, daria uma achega também e relativamente aos peões que não utilizam os passeios e que utilizam a estrada, podem também eles agravar um pouco a situação e temos muitos e temos muitos exemplos e não sei se aí também há direito a coimas se não, de qualquer das formas, muito bem foi esclarecido. Faz favor Senhor, para que era? Seja sucinto. ----------

----- Senhor Deputado Municipal e Presidente da Junta de Freguesia de Sangalhos Artur Salvador, do Grupo Municipal do PPD/PSD: ----------

----- Trinta segundos só para reforçar a esta ideia. Obviamente que o Código da Estrada é para respeitar, disso não tenho dúvidas nenhumas. Agora o que eu não aceito é que a GNR multe sem contraditório. E, portanto, é esse trabalho que tem que ser feito de informação, porque as pessoas têm que saber que quem passa multas é a GNR, ponto. E a GNR não cumpre, não cumpre diretivas de uma Junta de Freguesia e da Câmara, faz o cumprimento do Código da Estrada. Agora fazer isso pela calada da noite e as pessoas recebem a carta dois meses depois e depois atirou-se o ónus para a Junta de Freguesia ou para a Câmara, isso é que não, isso é que tem que ser nessa tal reunião falado. Porque eu sei que eles falam entre eles, mas depois é o que me dizem a mim. Olhe, a sua Junta tem se calhar bons e maus funcionários. Nós aqui também. Só que depois o mexilhão é sempre o mesmo. É só isto. Obrigado. ----------

----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal: ----------

----- Muito obrigado Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sangalhos. Vou dar a palavra ao Senhor Deputado Rui Bastos, faz favor. ----------

----- Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP: ----------

----- Obrigado Senhor Presidente. Senhor Presidente relativamente ao que já aqui foi referido sobre o protocolo celebrado entre os Municípios de Anadia e Mealhada com o Politécnico de Coimbra, disse e muito bem que no âmbito do curso de desporto se iria procurar fazer uma

rentabilização das infraestruturas que a Mealhada acaba por ter e Anadia não tem ou vice-versa. O que lhe perguntava apenas era se nesta articulação, caso venha a ser necessário, entre os Municípios está previsto o transporte entre Concelhos, caso venha a ser necessário fazer essa deslocação no âmbito do curso. Obrigado. ----------

----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal: ----------

----- Muito obrigado Senhor Deputado, queira responder Senhora Presidente. ----------

----- Senhora Presidente da Câmara Municipal: ----------

----- Ainda não está fechado, mas, obviamente, a ideia não é os alunos andarem, temos uma hora aqui e vamos ter outra hora acolá. Não. É no dia em que for em Anadia ou uma semana em Anadia para estas áreas e, enfim, outra semana, eventualmente, ou o mesmo o outro Concelho faz outras áreas, portanto, e não haver uma hora aqui e uma hora acolá, não. É um período para determinadas modalidades no Município e um outro período para as restantes modalidades no outro. ----------

----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal: ----------

----- Muito obrigado Senhora Presidente, não havendo mais nenhuma inscrição para este ponto, entramos, acredito que sim, mas não está aqui, faz favor. A palavra ao Senhor Deputado João Gaspar. ----------

----- Senhor Deputado Municipal João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD: -------

----- Muito obrigado. Só um aparte aquilo que eu ia perguntar, uma vez que chamou à colação a minha rua, só para terem uma ideia da insensibilidade das pessoas, a rua é de sentido único. Além das pessoas habitantes da rua que estacionam em cima dos passeios e tenho um veículo estacionado à minha porta há mais três meses parado, que não é meu, tem lugar de estacionamento do lado contrário, mas, enfim, nunca chamei a GNR. Sem ser isso, há pessoas que sobem a Rua de Trás da Avenida das Laranjeiras para a Rua dos Olivais, em grande velocidade, portanto, é em sentido contrário, apesar dos sinais de sentido proibido, as pessoas fazem daquilo rali, motas e veículos automóveis aí por volta das sete e meia, oito horas e a GNR nunca lá passou, porque se passasse tinha muitos para multar. Portanto, isso nunca aconteceu. Agora vou fazer a pergunta que levou a que eu pedisse a palavra. Relativamente à BTL que vai acontecer doze a dezasseis de março de dois mil e vinte cinco e seguindo aquilo que tem sido exemplarmente feito pelo Executivo, penso que este ano não deixaremos de estar representados e eu gostava de saber, se é que pode dizer, quais são as expectativas que tem relativamente à BTL deste ano e só. ----------

----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal: ----------

----- Faz favor Senhora Presidente. ----------

----- Senhora Presidente da Câmara Municipal: ----------

----- É evidente que quando decidimos ir para a BTL as expectativas são sempre boas e é porque o ano anterior foi positivo, portanto, daí obviamente fazermos a aposta no ano seguinte. Portanto, agora tudo vai depender, obviamente, a BTL é um é um stand, são aqueles stands todos que vocês sabem, tem a participação, enfim, ao nível do país e ao nível dos vários países

que estão representados e, portanto, o sucesso da BTL é grande em função do número dos participantes e, obviamente, também do número de visitantes e, portanto, quanto maior for o número de visitantes eu acho que todos temos a ganhar, porque o facto de estarmos presentes e sempre fizemos questão e vocês sabem aqueles que nos tem acompanhado é de mostrar Anadia de uma forma isolada, pese embora não deixamos de estar alinhados com a região, mas quando estamos lá muito no meio e misturados, ninguém nos vê e de maneira que nós fazemos questão de nos mostrar de uma forma individualizada com os custos que isso possa ter, mas que eu acho que é sempre uma vantagem dizer que Anadia, onde é que fica Anadia e o que é que temos para oferecer e, portanto, estaremos lá e, obviamente, com boas expectativas. E mais uma vez até porque no próprio mês também já temos a Millèsime a acontecer e, portanto, será também um dos grandes eventos que temos para a divulgação também a fazer na própria BTL. Para além, obviamente, do ano inteiro e das visitas e as termas e por aí fora. Porque é evidente que somos convidados para estar no stand da Federação dos Caminhos de Fátima, na Associação de Termas de Portugal, na Comunidade Intermunicipal, portanto, enfim, com presença em vários, mas de forma individualizada lá estaremos com o nome de Anadia. ---------

----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal: ----------

----- Muito obrigado Senhora Presidente, agora sim, parece não haver mais nenhuma inscrição para este Período de Antes da Ordem do Dia, entramos então no **ponto um do Período da Ordem do Dia onde se propõe a apreciação da informação da Senhora Presidente da Câmara sobre a atividade da Câmara Municipal**, portanto, todos receberam informação deste ponto, pelo que está aberta, está aberta a inscrição. Dou a palavra ao Senhor Deputado Pedro Ribeiro, faz favor. ----------

----- Senhor Deputado Municipal Pedro Ribeiro, do Grupo Municipal do PS: ----------

----- Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara de Anadia, Engenheira Teresa Cardoso, gostaria de a saudar e, obviamente, estender essa saudação a todo o Executivo Municipal, mormente por perceber no ponto um desta ordem de trabalhos está refletido um apoio orgânico e estrutural ao evento da responsabilidade do Clube de Ancas a realizar no próximo dia vinte e um de março no Cineteatro de Anadia, de homenagem a um dos nossos maiores, o recentemente falecido Manuel Flores, com o título Devaneios. Serve esse apoio, na opinião do grupo de Deputados da Assembleia Municipal do PS Anadia, como a expressão não só da grandeza cultural e comunitária e indissociável de inúmeros Anadienses, como serve também como exemplo de que vale sempre a pena homenagear, em vida ou depois da morte, quem nos eleva a todos um estatuto de maioridade cívica, tal qual foi o apanágio do Manuel tanto na sua notoriedade artística como na simplicidade pessoal com que decerto todos nós nos sentimos honrados de ter usufruído e memorizado. Porque reconheço Excelentíssima Senhora Presidente, que há riscos inerentes a este tipo de homenagens, nomeadamente, de injustamente deixar fora delas quem eventualmente as mereça também, mas as injustiças são sempre possíveis, não só de justificar, mas, sobretudo de corrigir e mais vale o trabalho de corrigir uma outra do que o descanso não arriscar nenhuma. Esta homenagem pelo simbolismo distinto e intemporal,

não deixa dúvidas nenhumas quanto aos méritos que encerra e como tal, nada mais merece da parte dos Deputados socialistas que um aplauso grato e já agora saudoso pelo Manuel. Muito obrigado pela oportunidade de o fazer Senhora Presidente. ----------

----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal: ----------

----- Muito obrigado Senhor Deputado, Senhora Presidente quer comentar? ----------

----- Senhora Presidente da Câmara Municipal: ----------

----- Não tenho nada mais a referir além do que foi dito. ----------

----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal: ----------

----- Muito obrigado. Dou a palavra então ao Senhor Deputado Nuno Portovedo, faz favor. ------

----- Senhor Deputado Municipal Nuno Portovedo, do Grupo Municipal do MIAP: --------

----- Obrigado Senhor Presidente. Senhora Presidente analisando o documento da atividade da Câmara Municipal, colocar aqui duas ou três questões. A primeira tem a ver com a questão já levantada pelo Engenheiro Fernando Barbosa das duas rotundas na EN duzentos e trinta e cinco e da necessidade das mesmas e, portanto, está em fase de procedimento concursal e saber quais são os prazos que devemos considerar para tal? Depois, relativamente à empreitada que já está a decorrer da reabilitação da Escola Básica de Vilarinho do Bairro, tentar perceber como é que está que o a correr, se de facto irá cumprir os prazos para que no início do próximo ano letivo as aulas já comecem sem obras na escola? E, por último, as duas empreitadas estão também a decorrer nas zonas industriais a do Vale Salgueiro e a de Amoreira da Gândara, saber o ponto de situação das obras e a procura que as mesmas têm tido para a instalação de empresas? Obrigado. ----------

----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal: ----------

----- Obrigado Senhor Deputado, faz favor Senhora Presidente. ----------

----- Senhora Presidente da Câmara Municipal: ----------

----- Começo pela questão das duas rotundas, pois está em procedimento concursal e, logicamente, não está ainda assinado o acordo de gestão entre o Município e as Infraestruturas de Portugal, embora já tenha sido aprovado em reunião do Executivo a minuta, aguardamos o parecer do IMT que também estará por dias e, portanto, estando esse processo fechado, com toda a tranquilidade iremos abrir as propostas caso haja concorrentes com propostas válidas a serem presentes no procedimento de concurso e depois ver a quem se podem adjudicar e depois seguir o caminho, portanto, adjudicar ao empreiteiro e comecem as obras com a devida autorização das Infraestruturas de Portugal. Não sei se ainda nos vão pedir alguma caução, apesar de o Município estar a assumir na íntegra os custos com a construção destas duas rotundas, mas não sei se ainda nos vão pedir alguma garantia bancária, como é habitual, quando intervimos em espaço que é da tutela deles, portanto, vamos aguardar. Mas pronto, é este o procedimento relativamente às rotundas na variante dois, três, cinco.

----- Sobre a Escola EB dois, três de Vilarinho do Bairro, portanto, as obras prosseguem, estão em bom ritmo, face aquilo que está previsto em termos da empreitada, ainda hoje em reunião do Executivo aprovámos já a abertura do procedimento, no fundo, para aquisição em dois lotes,

quer do mobiliário quer da parte informática e didática, portanto, também para que tenhamos de forma atempada e que nos permita colocar, instalar, portanto, todo esse equipamento na Escola EB dois, três de Vilarinho do Bairro e, obviamente, confiantes que vamos ter todas as condições para que o ano letivo se inicie, portanto, já na escola requalificada. Até porque os contentores têm um procedimento, o procedimento tem um timing que acaba em julho e, portanto, vão ter que ser devolvidos. ----------

----- E, por outro lado, sobre as zonas de industriais do Vale Salgueiro e de Amoreira da Gândara, o único impasse que tem havido numa e noutra situação prende-se com as baixadas da própria EDP, que o Município adjudicou à EDP, mas que eles, por sua vez, também adjudicam a outros subempreiteiros e, portanto, basicamente estão dependentes dessas ligações entre os PT, digamos, e, portanto, são obras que são da responsabilidade da EDP. Mas para nós aceitarmos e fazemos a receção provisória, obviamente, que temos que testar todos os equipamentos e receber a obra de acordo com aquilo que foi adjudicado, que foi esse o compromisso. Portanto, na Amoreira da Gândara andam a fazer, enfim, alguns ajardinamentos, mas está também em vias de conclusão. Já fizemos uma primeiro e acho que já disse isso na Assembleia, portanto, na anterior, já fizemos uma primeira hasta pública para uma e outra zona e tivemos procura, estamos numa fase em que já estamos quase a entrar na parte das escrituras, portanto, definitivas e, portanto, aí começa efetivamente todo o cumprimento dos prazos inerentes para o início das obras, sobretudo daqueles que adquiriram os lotes. Temos tido outra procura, mas a nossa opção tem sido, enfim, numa primeira fase já lançámos, vamos rececionar as obras, concluir esta fase das escrituras dos lotes que já foram vendidos e, portanto, nada está ou melhor não estamos aqui a atrasar ninguém de fazer, enfim, os investimentos que devem, nomeadamente, no que diz respeito à procura de outros investimentos, mas preferimos já agora que se concluam as obras e se rececionem as referidas empreitadas e é este o timing que nós temos para as mesmas, portanto, acredito que finais de abril teremos também as zonas industriais rececionadas. Pelo menos tudo leva a crer que sim. -

----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal: ----------

----- Muito obrigado Senhora Presidente, dou a palavra à Senhora deputada Marta Duarte, faz favor. ----------

----- Senhora Deputada Municipal Marta Duarte, do Grupo Municipal do PS: ----------

----- Muito boa tarde a todos aqui presentes e boa tarde também a todos os que assistem via online. Relativamente ao ponto três ponto três ponto um da informação da atividade da Câmara conceptualização nos estabelecimentos de ensino do primeiro ciclo do Concelho do projeto "a hora dos super quinas" gostaria de compreender mais concretamente o que abrange o tal projeto, nomeadamente, o seu início, duração e se todas as escolas já receberam o respetivo kit de material. É só isto. Obrigado. ----------

----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal: ----------

----- Muito obrigada Senhora deputada, queira responder Senhora Presidente. ----------

----- Senhora Presidente da Câmara Municipal: ----------

----- Sim, tratou-se de uma iniciativa, portanto, apoiada pela Federação Portuguesa de Futebol e, portanto, houve a entrega de equipamento. E logicamente que andamos a distribuir pelas escolas, confesso e não tenho neste momento essa resposta se já todas as escolas receberam um kit ou não, mas desde o início do ano letivo que ficou essa situação a ser operacionalizada, portanto, entre os serviços de educação e cada um dos centros escolares ou cada uma das escolas, portanto, e é este o ponto de situação. ----------

----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal: ----------

----- Muito obrigado Senhora Presidente, dou a palavra ao Senhor Deputado Rui Bastos. --------

----- Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP: ----------

----- Obrigado Senhor Presidente, procurarei ser breve. Nesta informação que nos enviou tem aqui algumas questões que gostaria de colocar, começando desde já pela a indicação de que a nível da estratégia local de habitação está em vias neste período decorrem as empreitadas, quer da construção dos dezasseis fogos loteamento da Quinta do Rangel quer da construção dos vinte e um fogos em Sangalhos. Ora, nós temos consciência todos nos lembramos que a estratégia local de habitação foi elaborada no ano dois mil e vinte e foi aprovada nesta assembleia em fevereiro de dois mil e vinte e um. Nesse mesmo ano foi celebrado o protocolo com o Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana que, no fundo, vinha permitir a construção de trinta e três habitações, para alojar os sessenta e quatro indivíduos que tinham sido sinalizados até ao momento se encontravam em condições habitacionais indignas no Concelho. Entretanto, a Assembleia Municipal voltou a aprovar, por maioria, uma atualização desta estratégia local de habitação, uma vez que do qual resultou da sinalização de oitenta e três agregados familiares, ou seja, mais do que as sessenta e quatro que tinham sido, mais do que aqueles trinta e três que tinham sido identificados anteriormente. Estamos a falar, neste momento, já de cento e sessenta e sete indivíduos. Contudo podemos observar e face até aos documentos que a seguir vamos analisar, até à data de hoje nenhuma casa foi entregue. O que eu lhe perguntava, no fundo, porque não podemos deixar de perguntar é se está prevista uma entrega para breve, para quando é que preveem que que será feita, uma vez que até o próprio documento de alteração ao orçamento que vamos falar a seguir, prevê uma inclusão de uma nova verba. Depois, já que estamos a falar de habitação, perguntava-lhe no âmbito da informação do início dos procedimentos de elaboração da carta Municipal de habitação, que é um instrumento Municipal, no fundo, de planeamento e ordenamento territorial em matéria de habitação e que estabelece as prioridades e, no fundo, as metas para a política de habitação da próxima década. Sei que o Município já iniciou alguns procedimentos, nomeadamente, um workshop com data acho que ainda por anunciar, para debater a problemática da habitação. Sei que foi feito um inquérito online em que os parceiros, os interessados poderão participar e julgo que acaba amanhã dia vinte e oito, essa participação, independentemente de haver ou não muita participação, nós sabemos que ao longo de todos estes anos por todo o país não é só Anadia, são enormes as dificuldades no acesso à habitação e que estão, de facto, a preços que são exorbitantes e que são insuportáveis para grande parte das famílias e até para os jovens.

Em Anadia escasseia a oferta de habitação permanente a custos controlados, também é um facto, e o que eu lhe perguntava neste âmbito tem a ver com esta nova lei que aí vem a lei dos solos, porque, afinal de contas, nós sabemos que a Lei de Bases da Habitação estabelece que é na carta Municipal de habitação que se deve fazer a identificação das necessidades e caso, de facto, não haja solos urbanos para corresponder à necessidade de habitação das populações é nesse plano que se deve fazer no quadro do planeamento. Se houver alterações, se essa nova lei vier promover alterações neste âmbito, gostaria de saber que atitude é que a Senhora Presidente pretende tomar, uma vez que estamos a falar de uma carência importantíssima para o nosso Concelho. Depois, relativamente à análise das candidaturas no âmbito do regulamento de atribuição de bolsas de estágio, empresas, bolsas de emprego qualificado e bolsas de doutoramento, que já aqui falámos, fazer um ponto de situação, se este número de interessados aumentou relativamente aos últimos valores que nos foram comunicados. E, por último, perceber se há aqui um lapso ou não na página dez, em que refere é uma das informações refere está a ser feito um acompanhamento do espaço destinado ao FabLab. Não percebo se o FabLab afinal ainda está a funcionar se não está a funcionar e que espaço é este. Obrigado. ----------

----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal: ----------

----- Faz favor Senhora Presidente tem a palavra. ----------

----- Senhora Presidente da Câmara Municipal: ----------

----- Eu vou tentar ser mais breve do que a brevidade do Deputado Rui Bastos que disse que ia ser breve. Ó Senhor Deputado o Senhor fez tantas considerações, olhe começo logo por dizer que na estratégia local de habitação nós não tratamos de indivíduos mas de agregados e, portanto, já foi dito isto várias vezes quando fizemos o diagnóstico para a estratégia local de habitação, houve sinalização de um determinado número de agregados, ficaram sinalizados, já houve um ajustamento dessa estratégia e, obviamente, perguntou-me para quando é que nós vamos entregar as casas. Ora bem, o Senhor tem no ponto da agenda de hoje, no ponto quatro, um ponto que é precisamente para aprovar o regulamento Municipal para atribulação de habitações em regime de arrendamento apoiado ou arrendamento acessível. E isto é para se aplicar precisamente a essas construções, nomeadamente no âmbito da estratégia local de habitação, inicialmente era só para arrendamento apoiado. Agora já houve aqui uma alteração e, portanto, já há aqui a possibilidade de haver o arrendamento acessível e, nesse sentido, este regulamento já versa sobre essas duas hipóteses. Portanto, tem de haver este regulamento ajustado, obviamente, àquilo que são as orientações e, por outro lado, tem de haver candidaturas, portanto, estamos a tratar do regulamento, do regulamento fechado, aprovado, publicado há um período de abertura de candidaturas e tudo faremos para que os agregados que foram sinalizados possam concorrer, se ainda existirem, se estiverem disponíveis, se quiserem concorrer e, por outro lado, também há de ser aberta a outras pessoas, obviamente que a prioridade é para os agregados que foram sinalizados, haja disponibilidade, haja um enquadramento e haja essa vontade da parte dos candidatos. Porque, de repente, isto só para

dizer não fique admirado de repente podem dizer eu não quero ir para Ancas eu não quero ir para Sangalhos, depois já depende obviamente da vontade, que nós não podemos forçar ninguém a ir para um lado ou para outro. As condições estão criadas, serão complementadas com este regulamento e, portanto, a partir daí candidaturas e havendo depois a seleção dos candidatos é que serão atribuídas essas mesmas casas em função da disponibilidade que vier a existir. Sobre a carta Municipal de habitação, a utilização da lei dos solos, olhe o tempo que eu tenho enquanto Presidente da Câmara também já não tenho muito tempo para tomar as grandes decisões, vamos ser claros. Por outro lado, é assim, fala-se muito na lei dos solos, mas vamos lá ver o que é que a lei dos solos, efetivamente, no final aponta. Agora vou-lhe dizer que o Município de Anadia ou a Câmara Municipal também não precisa de estar à espera ou à procura de qualquer questão da lei dos solos, porque felizmente a Câmara Municipal ou Município de Anadia tem disponível uma grande bolsa de terrenos já, enfim, com a classificação que lhes permita a construção para fazer essas opções, haja efetivamente dinheiro disponível para o fazer. Seja para este tipo de habitação, enfim, para o arrendamento acessível ou habitação a custos controlados que não têm que depender exclusivamente do Município, também há as cooperativas de habitação. Há parcerias que o se podem estabelecer desse que haja disponibilidade do outro lado para avançar com esse tipo de obras, haja disponibilidade de mão de obra e de construtores e imobiliárias que tenham vontade também para avançar e, portanto, no futuro, para além de tudo aquilo que já está em curso, que nós definimos na estratégia, que temos ainda a aguardar em termos de candidaturas, nomeadamente, no portal do IHRU. Não sabemos bem se vão ser financiadas ou não, mas pelo menos candidaturas foram feitas, se ainda houver dinheiro disponível, até porque sabemos há dias que, enfim, havia a reprogramação do PRR, pelo menos ainda não nos foi dito que já não havia e, portanto, será orientado para outro lado ou não, para outras opções políticas ou não, vamos aguardar, mas o facto é que essas candidaturas aguardam sinalização, portanto, de eventual comparticipação. ----- Portanto, sobre a questão da Habitação e da carta Municipal de habitação, é um processo que está em curso, já teve essa tramitação toda que também descreveu, que também pode dar os seus contributos. Está lá também acessível para dar os contributos. Já foram ouvidos diversos agentes, as IPSS, os Senhores Presidentes de Junta, o Executivo. E, portanto, com toda a imparcialidade que queremos que este processo tenha e, obviamente que, enfim, quem está a trabalhar na carta Municipal de habitação, faz os seus contactos e, portanto, houve quem entende que pode ser um contributo. As próprias imobiliárias também estiveram presentes, os construtores também foram convidados a participar e por aí fora, portanto, está em elaboração esse processo da carta Municipal de habitação. ----------

----- Sobre a atribuição de bolsas, bolsas de estágios ou as bolsas de doutoramento é um processo que está, enfim, que vai correndo. Nós esperávamos que, enfim, que houvesse mais interesse até por parte das empresas e estamos sempre a recordar as próprias empresas que existe esta oportunidade de poderem também a aceder a este tipo de bolsas, que entretanto também o próprio Estado também vai lançando outras campanhas, o que muitas vezes, enfim,

também não há de todo o interesse para as empresas, porque, enfim, depois também obriga a que seja feita a respetiva contratação dos estagiários, portanto, não tem havido a adesão, diria eu mesmo, que nós esperávamos que houvesse interesse por parte das empresas, portanto, temos feito esta divulgação também junto das nossas escolas no sentido de lhes dar a conhecer, pelo menos aos alunos das escolas profissionais, que têm aqui também uma oportunidade no sentido de poderem contactar as empresas e, portanto, alertar as empresas que havendo essa disponibilidade da parte deles, que podem usufruir também destes benefícios, portanto, é um trabalho em conjunto. ----------

----- Sobre as bolsas de doutoramento é um processo de candidaturas que está a decorrer e, portanto, a análise das candidaturas ainda não está fechada. ----------

----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal: ----------

----- Faz favor, só faltava uma a Senhor esqueceu-se. ----------

----- Senhora Presidente da Câmara Municipal: ----------

----- Tudo foi tão vasto que eu esqueci-me de apontar essa parte. O Bastos foi um bocadinho vasto. ----------

----- Pronto, relativamente ao FabLab, portanto, foi montado todo o equipamento, está disponível. Normas de funcionamento que também estamos a trabalhar nelas e, neste momento, também numa parceria com a escola profissional porque, de facto, aquele equipamento é tão sofisticado que é preciso realmente ter gente à altura para saber trabalhar com aqueles equipamentos e, portanto, estamos a tentar rentabilizar, para quem o sabe pode usar, mas que tem que ter conhecimento para tal e, obviamente, enfim, será disponibilizada à comunidade. O FabLab está instalado, está lá disponível, não está ainda aberto de toda a comunidade com normas que estamos a estabelecer e com uma parceria aqui com a escola profissional, com quem estamos a trabalhar. ----------

----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal: ----------

----- Para que efeito Senhor Deputado? seja breve por favor. Obrigado Senhor Presidente. ------

----- Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP: ----------

----- Obrigado Senhor Presidente. Senhora Presidente apesar da ampla divulgação que é reconhecida, que foi feita destas atribuições de bolsas e apesar de, no fundo, a procura, a adesão não ter sido aquilo que se estaria à espera como a Senhora Presidente acabou de referir, a minha pergunta vai mais no sentido dos poucos que o fizeram, as poucas empresas que o fizeram, se manifestarem interesse nalguma área e se essa área acaba por constar da oferta educativa do nosso Concelho, que é disponibilizada pelas instituições nosso Concelho. Obrigado. ----------

----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal: ----------

----- Faz favor Senhora Presidente. ----------

----- Senhora Presidente da Câmara Municipal: ----------

----- Eu acho que que não temos dados suficientes que nos permitam fazer essa avaliação, honestamente, porque, enfim, as situações são diversas, face a um universo de empresas que

temos, ao número de estágios, portanto, que nos foi solicitado eu acho que ainda o número que temos é muito reduzido para fazer essa mesma avaliação. ----------

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal: ----------**

----- Muito obrigado. Portanto, não havendo mais inscrições para a apreciação mais eficiente, não tanto como a GNR, mas no timing certo. Dou a palavra ao Senhor Deputado, faz favor. -----

----- Senhor Deputado Municipal e Presidente da Junta de Freguesia de Sangalhos Artur Salvados, do Grupo Municipal do PPD/PSD: ----------

----- Muito obrigado Senhor Presidente, rápido, na comunicação da Senhora Presidente na abordagem que faz em diversos assuntos chama de facto a atenção para este segmento da habitação, portanto, é uma carência do nosso Concelho. Uma questão que já tive a oportunidade de lhe colocar tem a ver com as áreas de recuperação urbana, as ARUS, aprovadas no Município de Anadia, que são um mecanismo complementar aquilo que o Município vai fazendo, também dando a possibilidade de os proprietários que tenham essas condições, possam recuperar as suas casas para venda ou para a devolver à habitação , em regime de aluguer ou para próprios. Ao longo do tempo o que vai passando também, no fundo, é que este modelo se é interessante para quem está dentro das áreas de requalificação urbana, cria alguma injustiça para quem está fora, porque também tem casas para recuperar e, portanto, não têm os benefícios em sede fiscal e, nomeadamente, ao nível do IVA, que é uma diferença brutal, uma recuperação feita dentro da ARU têm um comportamento em termos de IVA a pagar e fora tem outro. Perceber um bocadinho se está previsto ao nível do Município alguma alteração a este padrão, até porque o comportamento que temos aqui em Municípios próximos, vizinhos nossos, que alargam este processo de benefícios a atribuir a quem pretende recuperar as suas casas que depois até são majorados face aos proprietários que estão em área de requalificação urbana. Portanto, parece-me um mecanismo de excelência. No entanto, e face ao tempo que já decorreu desde a sua aprovação, perceber um bocadinho se este estatuto ou estas propostas vão ser alargadas, se vão ser criadas novas ARUS ou se, eventualmente, poderá estar em cima da Mesa esta criação, esta possibilidade de o Município vir a apoiar no seu todo a reconversão do património de ruínas e casas que não estão aptas para habitação e que, eventualmente, possa ser um mecanismo de colocar mais casas ao dispor de quem precisa delas. Um segundo assunto rapidamente tem a ver com o processo que decorre no Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro, o processo de três, sete, cinco da Carvopratas, portanto, estamos a caminhar para um ano da suspensão da deliberação da Câmara, em dezembro a informação era exatamente a que está aqui hoje e, portanto, só para perceber um bocadinho se, de facto, não há nenhuma alteração a este procedimento, porque é facto que a empresa incorre em processos graves de atropelamento de procedimentos ambientais e comportamentos ambientais. Não foram corrigidos, não se sabe se foram corrigidos. O que é certo é que hoje e tenho sempre o cuidado de fazer a passagem pelos residentes antes de aqui vir, para ver se alteração de comportamentos ao nível da empresa e não há, portanto, a empresa continua depois de ter sido condenada ao encerramento, mesmo que seja provisório, a produzir carvão

que tal qual o fazia há um ano e quem sofre são as pessoas, no Inverno o impacto é menos negativo do que quando chegamos alturas de Primavera Verão e, portanto, estamos a entrar em Março, a suspensão desta deliberação é de maio de dois mil e vinte e quatro, portanto, perceber um bocadinho se uma empresa que prevarica e que tem ao seu dispor esta faculdade jurídica de interromper uma decisão camarária, se é suficiente para colocar em risco a vida das pessoas, portanto, é uma chatice. As pessoas não compreendem isto e, portanto, se o criminoso, com a devida vénia a à essência desta palavra, prevalece a uma decisão camarária e sobrepõe-se à qualidade de vida dos residentes e, portanto, deixar esta nota, perceber se há avanços se não há, se continuamos a aguardar pelo desfecho deste procedimento cautelar instaurado. ----------

----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal: ----------

----- Muito obrigado Senhor Deputado. Quer comentar Senhora Presidente. ----------

----- Senhora Presidente da Câmara Municipal: ----------

----- Senhor Deputado é assim, relativamente às ARUS de momento nós não temos em cima da Mesa à data de hoje e com o tempo que temos deste mandato, portanto, não temos previsão de alargar as ARUS a outras zonas. Portanto, foi a nossa opção começámos aqui pelo limite geográfico da nossa cidade, alargámos a outras localidades de outras Freguesias e, na verdade, podem-se contar pelos dedos das mãos os processos que entraram das pessoas que se quiseram candidatar e usufruir destes benefícios fiscais que efetivamente ajudam a intervenção e a reabilitação destas casas. Benefícios fiscais ou instrumentos financeiros que, na verdade, são processos muito burocráticos. Os instrumentos financeiros muitas vezes ficam aquém daquilo que as próprias pessoas podem negociar em termos particulares com as entidades bancárias. E pronto, e tudo com custos acrescidos, porque tem de haver um cumprimento de vários parâmetros, portanto, a casa tem que ter mais de trinta anos, depois a história da eficiência energética que tem que ser cumprida na íntegra, etc, etc. Portanto, as pessoas para cumprir todos esses parâmetros têm que fazer muitas vezes um investimento muito superior àquilo que eles pensavam fazer. Portanto, isso acontece também um bocadinho connosco, com os Municípios nas questões das eficiências energéticas e, portanto, aí as pessoas pensam duas vezes e os benefícios fiscais que vão usufruir ficam muito aquém daquilo que lhes é exigido para cumprimento das metas e, logicamente, que as pessoas acabam por repensar toda esta situação. Agora também lhe vou dizer e o Senhor sabe perfeitamente porque na sua Freguesia acontece muito, esteja na ARU ou não esteja na ARU, não é por isso que as pessoas se quiserem transformar lojas em habitação, ou outras coisas em habitação não deixam de o fazer. E este é um problema sério que também nós temos no Concelho, com uma fiscalização cada vez mais apertado e mais atenta, porque, na verdade, isto do mais habitação trouxe algum facilitismo que é preciso fiscalizar e é preciso cuidar, como sabe. Não vou entrar aqui em pormenores, mas sabe bem a que é que me estou a referir. E, portanto, aquilo que percebemos é que as pessoas que têm vontade efetivamente de recuperar casas e de as colocar à disposição do mercado, não deixam de o fazer com menores custos do que se tiverem que fazer uma

candidatura e ter este enquadramento no âmbito do estatuto dos benefícios fiscais, porque não tem esses objetivos, não tem essas metas a atingir e isto é que não é aquilo que nós percebemos do que vai acontecendo e daquilo que também que as pessoas nos vão também transmitindo. E, portanto, dar-lhe essa nota. Depois dizer que aquilo que muitas vezes se lê em propaganda de jornal, tem que se estudar um bocadinho melhor para ver o que é que afinal foi aprovado. Como se diz no Município A, B, C ou D eles fazem isto ou aquilo, mas depois é preciso ir ler tudo para perceber que uma coisa é a manchete e depois outra coisa é aquilo que está subjacente à concretização daquele objetivo. ----------

----- Sobre a questão do Tribunal Administrativo e relativamente à Carvopratas, como sabe nós embargámos a obra, foram várias as visitas que fizemos nós e acompanhados pela GNR, eles colocaram uma providência cautelar, perderam, voltaram a apresentar um recurso e, finalmente, e agora por estes dias está decidido e, portanto, obviamente que esse processo da providência cautelar está à data de hoje encerrado porque penso que não há, enfim, mais possibilidade de qualquer recurso, têm que pagar à Câmara o que têm de pagar. E, obviamente, que nos dá novamente aqui força de intervenção junto da própria CCDR, porque, no fundo, nós licenciámos a instalação, mas a monitorização e a fiscalização depende deles, coisa que andam aqui também um bocadinho a olhar para o lado, como sabe e, portanto, agora concluído este processo e fechada a providência cautelar, voltamos outra vez a insistir e junto com as forças de segurança, obviamente, para encerrar a instalação, porque também eles têm vindo a convencer ou tentar convencer as entidades que é só mais uma semana e o Senhor sabe disso e só mais uma semana e agora vamos ensaiar isto e depois mais não sei quê e, portanto, e temos a certeza que ele já gastaram efetivamente muito dinheiro, já fizeram muitos investimentos, mas que, de facto, não produziram efeitos no sentido de minimizar a situação e eu acho que dificilmente algum dia o vão conseguir, porque, pronto, o odor não se apaga de qualquer maneira, as cinzas são difíceis de reter e, pronto, é algo muito muito complicado, muito complexo, portanto, vamos novamente de fazer a insistência e o embargo da situação. Como temos outros embargos também para fazer, aliás, já os fizemos e vamos outra vez à insistência com o Senhor sabe. ----------

----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal: ----------

----- Não havendo, portanto, mais inscrições para a apreciação do ponto um do Período da Ordem do Dia, passaremos então ao **ponto dois, apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal do DDORC – Mapa de Demonstração de Desempenho Orçamental no período de do período findo a trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e quatro, para os efeitos previstos no artigo centésimo quadragésimo quinto da Lei quarenta e cinco A barra dois mil e vinte e quatro**. Portanto, está aberta a apreciação e estão abertas as inscrições para a sua abordagem. Não havendo, queria ser o último? Agora é o primeiro, faz favor, faz favor. ----------

----- Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP: ----------

----- Obrigado Senhor Presidente. Senhora Presidente olhando para esta primeira alteração da

qual já tive o cuidado de referir a inclusão de uma verba nos dezasseis fogos do loteamento da Quinta do Rangel e certamente deverá haver uma resposta para isso. Gostaria, no entanto, de alertar que analisando o documento e olhando para o elevado número de sinalética que é possível observar na Rua Engenheiro Cancella de Abreu, no fundo, até contrastam um bocadinho com uma certa redução do número de árvores que lá estão, percebe-se então aqui o esforço que existe, porque a verba realmente comparativamente ao que estava previsto ainda é significativa em sinalização e trânsito nas GOP. Ora, a sinalização urbana efetivamente não deixa de desempenhar um papel essencial na organização do espaço público, garantindo assim a segurança e a orientação para condutores, peões e outros utilizadores das vias. No entanto, se esta sinalização foi feita de uma certa forma abusiva, até pela sua colocação ou localização ou até pelo uso inesperado de algumas barreiras físicas, é um facto que ela pode vir a comprometer seriamente a mobilidade de pessoas. Ainda agora falámos nesta questão das pessoas terem aqui pelo meio da estrada, quando tem uma alternativa, pior que isso é que elas têm que ir pelo meio da estrada, quando não tem alternativa, porque quando o espaço é reduzido, quem vai numa cadeira de rodas é assim impedido de circular nos passeios. então o que eu lhe pedia era se havia possibilidades e uma vez que é uma obra que aqui está em curso, de fazer uma revisão da colocação dessa sinalética, se é possível distancia-la um bocadinho mais dos muros contrários para que dê margem… ----------

----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal: ----------

----- Senhor Deputado permita-me só que o interrogue é que eu estou um bocado desfasado relativamente ao ponto dois e à sua verve, pelo que ponha-me se faz favor, atualizado relativamente ao seu. ----------

----- Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP: ----------

----- Ó Senhor Presidente estamos a falar da alteração ou não? Ai peço desculpa, já agora vou acabar e a seguir escuso de estar a falar e a Senhora Presidente depois responderá lá mais para a frente se me permitir. É só dizer mais uma coisa, é a recomendação final, portanto, a recomendação, no fundo, era pedir à Senhora Presidente para que no momento oportuno, pudesse averiguar esse distância da dita sinalização aos muros, para que possa haver margem, uma distância significativa para que uma pessoa que se desloca em cadeira de rodas possa passar. Muito obrigado Senhor Presidente, peço desculpa. ----------

----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal: ----------

----- Desculpe tê-lo e interrogado disso, mas estavam-me aqui aos pontapés por baixo aqui do balcão e eu fiquei um bocado preocupado. Portanto, não há mais ninguém para este ponto? ---- - Porei então o ponto número dois à votação, primeira fila, quem vota a favor? Segunda fila, terceira fila, quarta fila, Mesa. Num universo de trinta houve unanimidade e está provada então o ponto número dois, no que concerne, portanto, a demonstração desempenho orçamental. Não percebi? Ai não votou, Pronto, é que eu vi o Manuel com o braço no ar a caminhar. Eu não sabia se era a chamar um táxi se era a dizer olhe ele não votou, afinal era para dizer que não votou e, portanto, o seu sentido de voto é? É abstenção. Muito bem evitou assim unanimidade e uma

abstenção. Está corrigido? Portanto, num universo de trinta Deputados e no uso da competência estabelecida na alínea l) do n.º 2 do art.º 6.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia – alínea l) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – a Assembleia Municipal deliberou aprovar a proposta da Câmara Municipal do DDORC – Mapa de Demonstração de Desempenho Orçamental do período findo a 31 de dezembro de 2024, encontrando-se cópia em anexo à minuta aprovada, da qual faz parte integrante. ----------

----- Esta deliberação foi aprovada por maioria, com vinte e nove votos a favor, dos Deputados do Grupo Municipal do MIAP, dos Deputados do Gruo Municipal do PPD/PSD Mário Augusto Carreira Heleno, João José Rodrigues Gaspar, Graciete da Piedade Seco Vaz de Crasto, João Carlos Seabra da Silveira Costeira, Ana Cristina Gonçalves dos Reis e Silva, Manuel Augusto de Seabra Salgueiro Neves, Artur Domingues Pires Salvador e David Martins Fernandes, dos Deputados do Grupo Municipal do PS, do Deputado do PCP e da Deputada do +PNT, zero votos contra e uma abstenção do Deputado do Grupo Municipal do PPD/PSD César Henrique de Seabra Rangel e Andrade.----------

----- Portanto, passaremos então à análise do **ponto três que é apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal da primeira alteração orçamental modificativa, barra, revisão às grandes Opções do Plano e ao Orçamento do Município de Anadia para vinte cinco, vinte e nove.** Portanto, está aberta a inscrição para este ponto. Não sei se era neste ponto que a intervenção do Senhor Deputado, era neste ponto? Que o Senhor Deputado fez, portanto, houve uma inscrição que foi a destempo do Senhor Deputado Rui Bastos, mas que deve contar com uma intervenção. Portanto, quem vota a favor: primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, Mesa. Quem se abstém: primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila. Portanto, num universo de vinte e nove Deputados e no uso da competência estabelecida na alínea a) do n.º 1 do art.º 6.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia – alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – a Assembleia Municipal deliberou aprovar a proposta da Câmara Municipal da 1.ª Alteração Orçamental Modificativa/Revisão às Grandes Opções do Plano e ao Orçamento do Município de Anadia para dois mil e vinte cinco, dois mil e vinte e nove, encontrando-se cópia em anexo à minuta aprovada, da qual faz parte integrante. ----------

----- Esta deliberação foi aprovada por maioria, com vinte e sete votos a favor, dos Deputados do Grupo Municipal do MIAP, dos Deputados do Gruo Municipal do PPD/PSD Mário Augusto Carreira Heleno, João José Rodrigues Gaspar, Graciete da Piedade Seco Vaz de Crasto, Ana Cristina Gonçalves dos Reis e Silva, Manuel Augusto de Seabra Salgueiro Neves, Artur Domingues Pires Salvador e David Martins Fernandes, dos Deputados do Grupo Municipal do PS, do Deputado do PCP e da Deputada do +PNT, zero votos contra e duas abstenções dos Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD João Carlos Seabra da Silveira Costeira e César Henrique de Seabra Rangel e Andrade. ----------

----- Vamos passar ao **ponto quatro, apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal do projeto final do Regulamento Municipal para Atribuição de**

Habitações em Regime de Arrendamento Apoiado ou de Arrendamento Acessível, de acordo com o estabelecido regimentalmente. Abre-se então aqui uma faixa para intervenções. A Senhora Presidente quer fazer o quê? ----------

----- Senhora Presidente da Câmara Municipal: ----------

----- Senhor Presidente, se me permite neste ponto que é efetivamente do projeto final do regulamento Municipal para atribuição de habitações em regime de arrendamento apoiado de arrendamento acessível, pedir autorização para que o nosso técnico que está presente, Hugo Fonseca, pudesse fazer de uma forma muito breve uma explanação sobre o que é isto do regulamento Municipal para este tipo de habitações. ----------

----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal: ----------

----- Muito bem, não vejo nada contra, antes pelo contrário, faz favor. ----------

----- Senhor Dr. Hugo Fonseca: ----------

----- Boa tarde a todos. Venho aqui fazer uma breve apresentação para dar um pequeno enquadramento, qual é que é o objetivo que tivemos na elaboração deste regulamento Municipal. Dar nota apenas que na documentação que foi distribuída ou no projeto de regulamento detetámos após o envio do documento que havia uma pequena gralha, ou seja, houve um erro de digitação troca do número cinco pelo número dois no artigo vigésimo nono. O número dois do artigo vigésimo nono refere uma percentagem de cinquenta por cento, essa percentagem é de vinte por cento, é só para dar esta nota que com este erro na troca de a digitar o número dois incorretamente digitou-se situação número cinco. Relativamente no fundo ao documento, o enquadramento legal deste documento é pela lei oitenta e um barra dois mil e catorze, que criou o regime jurídico do arrendamento apoiado. Este regime jurídico quando foi criado, no fundo, era para criar uma tipologia da renda destinado a agregados de baixos recursos e, no fundo, na altura até foi designada renda social, era o objetivo deste, no fundo, desta lei que foi criada. O cálculo desta renda é efetuado através de uma forma que está definida da lei, não é, no fundo, a aplicação de uma taxa de esforço ao rendimento mensal corrigido dos agregados familiares. O rendimento mensal corrigido, o rendimento líquido dos agregados depois de deduzido uma quantia correspondente à aplicação de uma percentagem por cada membro do agregado familiar em função do indexante de apoios sociais. Tem uma forma um bocado complexa, mas foi, no fundo, aqui um regime de arrendamento que foi criado para as famílias de baixos recursos. Mais tarde, em dois mil e dezassete, o Governo aprovou a nova geração de políticas de habitação, através de uma resolução do Conselho de Ministros, que na altura já começou a haver o problema de acesso à habitação e criou uma série de diplomas legais. Temos o programa primeiro direito também foi criado em dois mil e dezoito, depois em dois mil e dezanove criou aqui o programa de apoio ao arrendamento, ao arrendamento acessível e este programa, no fundo, foi aqui direcionado mais para agregados de rendimentos intermédios ou seja o Governo reconheceu que o problema de acesso à habitação não era exclusivo das famílias de baixos recursos e também era das famílias com rendimentos intermédios. E então temos, no fundo, este nosso regulamento Municipal que é balizado por

estes dois regimes de arrendamento. No caso aqui deste arrendamento acessível, temos o limite, no fundo, a renda é aplicada uma taxa de trinta e cinco por cento ou não pode ser superior a trinta e cinco por cento do rendimento mensal líquido. Nós fizemos umas pequenas simulações para perceber em que valores da renda é que poderão estar aqui em causa consoante o rendimento de cada agregado e temos ali três agregados, dois agregados com apenas um elemento, um deles aufere o Rendimento Social de Inserção, se tivesse uma renda no regime de arrendamento apoiado teria um encargo mensal de sete vírgula trinta e cinco euros, se fosse no regime de arrendamento acessível o encargo mensal seria de oitenta e três euros e depois os restantes valores para todos os outros agregados ou a tipologia agregados que ali temos. Dar nota apenas que no regime do arrendamento acessível, a lei estabelece um limite de renda por tipologia, em função da localização geográfica e os limites de renda que são aplicáveis ao Concelho de Anadia, são aqueles que estão ali identificados naquele quadro, no canto inferior direito ou seja se a taxa de trinta e cinco por cento aplicada ao rendimento do agregado resultar uma renda superior a qualquer um daqueles valores que está ali naquele quadro, significa que a renda tem que ser aquela que está no quadro que estabelece o limite, a renda. Pronto, o procedimento que nós vamos tomar para a atribuição das habitações, que está, no fundo, aqui descrito na proposta de regulamento, passa necessariamente, em primeiro lugar, pela identificação das habitações, das suas características, para que as pessoas possam conhecer, no fundo, que casas é que se podem candidatar, pois, logicamente, o Executivo terá que, no fundo, definir aqui o programa de concurso para atribuição das habitações, é isso que o regulamento diz. Definimos os tipos de procedimento a adotar, as taxas em que as pessoas podem concorrer, a identificação das habitações, o regime de arrendamento aplicável, se serão habitações para arrendamento acessível ou para arrendamento apoiado, depois os locais onde podem obter esclarecimentos, apresentar as candidaturas e também as datas em que a lista final das candidaturas será publicada. E ali tem um exemplo, no fundo, é obrigatória agente depois afixar um edital para publicitar estes estes procedimentos. A formalização das candidaturas é normal, é o preenchimento de um formulário de candidatura, as pessoas vão ter que reunir uma série de documentos, seja as notas de liquidação do IRS, documentos da Segurança Social que comprovem rendimentos, o tipo de composição do agregado familiar, etc. , Juntam esses documentos todos, vêm aos serviços apresentam e as candidaturas depois são então objeto da análise do júri do procedimento. No caso das candidaturas ou do concurso das habitações em regime de arrendamento apoiado vamos, no fundo, fazer a avaliação das candidaturas com a matriz que consta do anexo um do regulamento, é uma matriz que está no fundo orientada para fazer a avaliação de sete ou de seis fatores aqui, tipo de carência habitacional, o tipo de famílias, o rendimento mensal líquido per capita em função do indexante de apoios sociais, o tempo de residência no Concelho, se as pessoas têm algum grau de incapacidade ou então alguma situação de vulnerabilidade social. Analisadas as candidaturas depois vão ter uma pontuação e em função dessa pontuação é então elaborada a lista definitiva dos candidatos por tipologia. É que é muito importante as candidaturas depois vão ser

orientadas para cada uma das tipologias de fogos disponíveis. A lista final terá que ser aprovada pelo Executivo e depois à aprovação pelo Executivo, naturalmente, teremos então a celebração dos contratos de arrendamento, as pessoas que ficarem em lugares elegíveis para a celebração dos contratos de arrendamento terão que entregar toda a documentação necessária para a celebração do contrato. O contrato será celebrado a casa, no fundo, as pessoas vão ocupar a os fogos. Muito importante nós estabelecemos um conjunto de regras neste regulamento, todos os arrendatários têm cumprir um conjunto de obrigações, não estou aqui todas, umas pequenas imagens, no fundo, é a obrigação de pagar a renda no local e nos meios disponibilizados para o efeito e no prazo também estabelecido, não sacudir tapetes ou roupa, despejar água, lançar lixo ou detritos de qualquer natureza, pela janela ou em áreas não destinadas para esse efeito, não fazer fogueiras ou utilizar grelhadores a carvão também no interior da habitação, nas varandas ou então no espaço de utilização comum, manter em bom estado de conservação as instalação elétricas, canalizações, loiças sanitárias, eletrodomésticos, enfim, todo o mobiliário que a casa tiver e terão que, no fundo, suportar o pagamento de reparações que se tornem necessários por uma utilização indevida desses equipamentos. Também manter uma convivência harmoniosa com a vizinhança é fundamental para que, no fundo, as pessoas que habitem nesses complexos, no fundo, possam ter tranquilidade. Todas estas obrigações estão definidas no artigo trigésimo primeiro do regulamento e, finalmente, teremos que fazer a monitorização dos contratos de arrendamento, é importante que todos pelo menos de dois em dois anos ou então sempre que se tenha conhecimento de algum facto, se faça, no fundo, uma visita aos complexos habitacionais, agente fale com os inquilinos, temos que analisar também documentos, solicitar novas declarações de rendimentos ou então, se houver alguma alteração do agregado também isso tem que ser comunicado. Analisamos esses factos e se assim o justificar, teremos que notificar as pessoas que terá que haver uma alteração do contrato de arrendamento. No fundo é isto que este regulamento Municipal se traduz, todo este procedimento que que eu agora descrevi e era apenas isto que eu queria, no fundo, apresentar para que ficassem melhor elucidados sobre o regulamento. Obrigado. --------

----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal: ----------

----- Muito obrigado. A Senhora Engenheira quer acrescentar alguma coisa? ----------

----- Senhora Presidente da Câmara Municipal: ----------

----- Não. De certeza absoluta que todos tinham lido o regulamento, mas agora ficam muito mais elucidados, muito mais esclarecidos, obviamente, sobre a aplicação e das condicionantes que o mesmo tem, porque está aqui em causa, efetivamente, a avaliação das candidaturas para atribuição das habitações e, portanto, só agradecer ao Hugo e agradecer também a disponibilidade e a vossa atenção para a exposição que foi feita. ----------

----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal: ----------

----- Muito obrigado Senhora Presidente, dou a palavra ao Senhor Deputado João Gaspar, faz favor. ----------

----- Senhor Deputado Municipal João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD: -------

----- Relativamente a este ponto, há aqui algumas coisas no regulamento que me deixam algumas dúvidas que eu vou tentar questionar. Relativamente a um dos regimes de acesso é atribuído cinco anos de duração e outro dez, falou-me agora aí em dois, ainda me baralhou mais. A situação aqui é muito concreta é a seguinte, há coisas que são omissas no regulamento, logicamente atirarão para a lei geral. Ora, se uma pessoa tem um contrato de cinco anos por mesmo que ela tenha que sofrer alterações ao contrato, o contrato é de cinco anos é válido por cinco anos e não pode ser alterado. Ponto. Quanto achegar ao fim dos cinco anos, mesmo que se queira fazer uma alteração, ele pode exatamente, como há bocado falou, embargar essa decisão e manter-se na casa. Se a pessoa tiver mais que sessenta e cinco anos então ainda é mais difícil tirá-la da casa, mesmo que ela não tenha que alterar. E a minha pergunta é, claro que estes regimes são todos muito engraçados, mas o que é verdade é que não se consegue controlar que as pessoas não mandem coisas pela janela e por aí fora, porque há situações que se passam até em sítios privados que, portanto, também se irão passar ali. Vamos ter problemas a nível de remoção das pessoas, portanto, neste caso, despejo, porque vamos correr o risco de estar a despejar uma pessoa que não tem para onde ir e nos tempos que correm essas situações são normais e agora ainda temos esta situação nova que é a ocupação de casas disponíveis, por pessoas com a destruição e a exigência de dinheiro para sair e nisso o regulamento é omisso. Vamos pressupor e se isso vai para o regime geral, será através de um processo de despejo, com todas as dificuldades que elas acartam e o que é verdade é que nós, no fundo, temos ali um regulamento que eu acho que está bem feito, que corresponde à verdade, mas temos essas situações que convém talvez nós também começarmos a pensar como é que nós podemos à partida, atribuir casas a pessoas que depois vamos exigir que, até pela sua parte social, não são capazes de cumprir. Era só. ----------

----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal: ----------

----- Muito obrigado Senhor Deputado. Quer responder Senhora Presidente ou o Doutor Hugo? -

----- Senhora Presidente da Câmara Municipal: ----------

----- O Hugo pode esclarecer a questão dos dois anos ou dos cinco. ----------

----- Senhor Dr. Hugo Fonseca: ----------

----- O regime jurídico do arrendamento apoiado estabelece que os contratos têm que ter uma duração de dez anos, pelo menos e podem ser renovados e no arrendamento acessível são os cinco anos. O que este regulamento refere é que nós pelo menos de dois em dois anos vamos verificar se as pessoas que lá estão ou não a cumprir, no fundo, as condições de acesso ao regulamento, porque ao final de dois anos, entretanto, se tornar proprietário de uma habitação, já não estou a cumprir com as regras, no fundo, de permitir um acesso a uma habitação em regime de arrendamento, nós teremos que fazer, no fundo, esse controlo e, no fundo, aplicar essas regras que aqui definidos para acesso às habitações. ----------

----- Senhora Presidente da Câmara Municipal: ----------

----- Se me permite, logicamente que isto passa pela fiscalização, passa pela monitorização que é essencial, no fundo, há uma casa que se é para quatro pessoas, não é para oito, por exemplo.

As regras têm que ser cumpridas, como qualquer pessoa que vive, enfim, num prédio tem um condomínio que gere a situação e, portanto, têm que haver regras que tenham de ser cumpridas. Mas esses são os tais ses ou mas, que se nós tivéssemos pensado antes se calhar não tínhamos feito nada, mas como de facto nós temos que arriscar e ir para a frente, portanto, obviamente que temos que exigir o cumprimento das regras que devem ser iguais para todos. Agora que é efetivamente difícil, será difícil, obviamente, o cumprimento do pagamento das rendas, a monitorização que é necessária fazer de quem lá vive, quantos estão dentro do agregado, não pode passar de pais para filhos assim ad hoc e, por outro lado, obviamente, as regras mínimas de civismo e de civilização que devem prevalecer. ----------

----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal: ----------

----- Muito obrigado Senhora Presidente, muito obrigado Doutor. Dou a palavra à Senhora deputada Marta Duarte, faz favor. ----------

----- Senhora Deputada Municipal Marta Duarte, do Grupo Municipal do PS: ----------

----- Obrigada. Tenho primeiramente aqui uma, uma questão, digamos que técnica. No anexo um, relativamente ao conceito de situação de insolvência, aí o que consta relativamente a esse conceito é que se trata de pessoa singular, com declaração de insolvência nos termos do Código de Insolvência e recuperação de empresas, do CIRE. Não me parece muito clara esta definição do conceito para as pessoas. Tenho dúvidas porque a pessoa pode estar com o processo de insolvência requerido, não está decidido, pode até desistir do processo de insolvência e pode se a ordem não ter sido transitada, pode ou não ser definitivo, eu acho que seria melhor clarificar esta definição, para que depois na apreciação das candidaturas, sem dúvidas, nem surpresas e de modo a que quem beneficia desta habitação, seja quem realmente precisa. Só mais outra questão aqui na nota justificativa fala que a breve prazo o Município passará a disponibilizar de habitações, sabemos que estão em curso, mas gostaria de saber se já é possível concretizar melhor este período temporal, o regulamento vai ser provavelmente aprovado hoje e depois temos regulamento e quando é que teremos habitação. Obrigado. ----------

----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal: ----------

----- Muito obrigado muito, eventualmente, pertinentes as suas, portanto, para meu esclarecimento, para ficar também eu esclarecido, insolvência é uma figura jurídico-económica correto? Pronto, de qualquer das formas, quer dizer se nós estamos a defender uma regra, pronto, mas isso já está demonstrado em termos, está tudo escrito eu é que não sabia, não é? Portanto, não sei onde é que se pode mexer para se saber de insolvência e o timing, não é? Sim, levantou e eu perguntei se sabe que eu não sei. Muito obrigado pelo esclarecimento, faça favor Senhor Doutor. ----------

----- Senhor Dr. Hugo Fonseca: ----------

----- Só para dar nota, quando nós analisámos esta questão que foi até introduzida após, no fundo, o período de consulta pública que não havia aqui uma definição deste conceito, chegámos à conclusão que o melhor era só indicar declaração de insolvência nos termos do CIRE e o CIRE define em que todas as condições é que pode ser emitido esta declaração de

insolvência, ou seja, a partir do momento em que temos aqui um documento de tribunal que seja uma declaração de insolvência de uma pessoa singular é isso que vai servir-nos para, no fundo, classificar ou qualificar aqui esta vulnerabilidade social. Terá que ser um documento que um tribunal, no fundo, ateste que aquela pessoa está em situação de insolvência. A declaração de insolvência, a declaração de insolvência claro e depois o processo tem que se … ----------

----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal: ----------

----- Senhora deputada a Senhora não tem micro para ficar gravada a sua posição, de qualquer das maneiras, eu acho profícua esta discussão porque o esclarecimento é imperioso. Portanto, faz favor, se quer dar alguma coisa, faz favor, à Senhora deputada. ----------

----- Senhora Deputada Municipal Marta Duarte, do Grupo Municipal do PS: ----------

----- Muito obrigada, porque em termos depois de elaboração da candidatura e de apresentação da candidatura, eu colocando-me como uma pessoa normal, que me iria candidatar e vejo aqui em situação de insolvência nos termos do CIRE. Ora bem, eu até posso ter requerido a minha insolvência e então junto um comprovativo da petição inicial enviada para o tribunal, não é suficiente, mas a ideia que pelo menos que a mim me fica é que será suficiente. Outra situação eu junto uma sentença de declaração de insolvência que ainda não transitou em julgado, por exemplo, serve esse documento? Pronto, acho que isto traria menos dúvidas se fosse situação de insolvência transitada em julgado, declaração de insolvência. ----------

----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal: ----------

-----Teremos oportunidade então depois de discutir isso. ----------

----- Senhora Deputada Municipal Marta Duarte, do Grupo Municipal do PS: ----------

----- Mas pronto, isto é só mesmo uma questão também técnica, não coloca em causa o documento que é de louvar, que já esteja aqui redigido e que esteja aqui para aprovação. Muito obrigado. ----------

----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal: ----------

----- Muito obrigado. Faz favor de continuar Senhor Doutor. Entretanto a Senhora Presidente quis também, quer também intervir, há ruídos no ar. ----------

----- Senhora Presidente da Câmara Municipal: ----------

----- Quando nós temos elencados este conjunto de documentos, seja neste regulamento ou seja noutro é evidente que quando chega a hora das candidaturas, as dúvidas subsistem sempre e, portanto, quando temos dúvidas pedimos os esclarecimentos, nesta situação em concreto, obviamente, que numa situação de insolvência se tem que transitar em julgado, portanto, aí é que fica a confirmação da situação de insolvência. Aquando da junção dos documentos, portanto, o candidato, obviamente, terá que esclarecer o que pode esclarecer e aquilo que não ficar esclarecido, teremos que nós que pedir, obviamente, e os comprovativos, se dúvidas existirem terá a respetiva avaliação, portanto, é considerada ou não é considerada, portanto, isso depois quem vai analisar as candidaturas tem que, efetivamente, como em todos os processos de candidaturas, pronto, têm que merecer o cumprimento das regras e a avaliação da documentação. Dúvidas ou se chama o candidato ou se pedem os documentos ou

se pede mais informação, portanto, não vamos excluir só porque temos dúvidas vamos excluir. Não tem sido esse o nosso propósito e, portanto, a seu tempo, obviamente, terá que se fazer essa avaliação, não é? ----------

----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal: ----------

----- Muito obrigado Senhora Presidente. Vou dar a palavra ao Senhor Deputado Rui Bastos. ----

----- Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP: ----------

----- Obrigado Senhor Presidente, parte do que eu ia perguntar já foi respondido. Por outro lado, pelas explicações do Doutor Hugo fiquei ciente que há aqui uma vontade ou uma preocupação em assegurar uma atribuição responsável, no fundo, da habitação, garantindo até uma ocupação eficiente dos recursos disponíveis e promovendo até a manutenção dos imóveis, que é um princípio que tinha algumas dúvidas. Se me permitir gostaria de acabar endereçando aqui o meu agradecimento ao Doutor Hugo que mais uma vez teve a oportunidade de fazer uma exposição clara e sucinta e que muito contribuiu para nós percebermos o documento aqui em análise. Obrigado. ----------

----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal: ----------

----- Muito obrigado Senhor Deputado, Não sei se quer o Dr. Hugo quer a Senhora Presidente têm algum comentário a fazer relativamente a esta intervenção? ----------

----- Senhora Presidente da Câmara Municipal: ----------

----- Só acrescentar que este regulamento, como todos os outros regulamentos já estiveram em consulta pública, portanto, aguardando a receção de contributos e, pronto, e agora chegada a esta fase e com o esclarecimento que acho que foi importante de uma forma muito mais prática. Acho que, enfim, temos que fazer caminho ou abrir caminho e dar o passo seguinte. Obrigada Hugo. ----------

----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal: ----------

----- Muito obrigado Senhora Presidente, darei a palavra ao Senhor Deputado João Gaspar, faz favor. ----------

----- Senhor Deputado Municipal João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD: -------

----- Apenas para clarificar este grande imbróglio. Os meus últimos sete anos de trabalho nos tribunais foram no comércio, portanto, eu trabalhei com insolvências diariamente. As insolvências singulares são mais de noventa e nove por cento pedidas pelos próprios e não por pessoas estranhas à pessoa singular. A citações para contestar a insolvência são antes do juiz declarar a insolvência, no momento em que o juiz declara a insolvência não há volta atrás, porque é publicitada imediatamente numa página de insolvências singulares ou comerciais. Portanto, a partir da declaração, a declaração o trânsito que possa ter já é para efeitos de recurso, porque a partir do momento em que o Juiz a declara insolvente e lhe designa a residência própria e outras coisas assim, imediatamente o administrador é nomeado para se apropriar dos bens que possam existir, o trânsito nessa situação praticamente é inexistente, porque só se a pessoa tiver dinheiro ou alguma coisa é na fase inicial, quando é citada, quando o juiz entende que ela tem que ser citada, manda-o citar, se o juiz entende que não e que os

elementos que são juntos ao o processo são os suficiente para declarar que ele está insolvente declara e a declaração é tácita, portanto, basta que ele apresente a declaração de insolvência, para que possa ser, neste caso, tido em consideração. ----------

----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal: ----------

----- Muito obrigado pelos esclarecimentos Senhor Deputado. Dou a palavra à Senhora deputada Sandra Marisa, faz favor. ----------

----- Senhora Deputada Municipal Sandra Marisa, do Grupo Municipal do MIAP: --------

----- Ainda a propósito aqui da intervenção do trânsito em julgado aqui da situação de insolvência, portanto, aqui o colega João Gaspar e muito bem, já esclareceu também essa situação. A mim, a definição parece-me clara, não existe aqui margem para dúvida, a situação singular é uma pessoa singular com declaração de insolvência, portanto, estamos a falar de uma situação de insolvência que foi, evidentemente, declarada e, portanto, é transitada em julgado, não existe aqui qualquer margem para dúvida, parece-me ser suficiente para estar aqui neste regimento, e é só isso. Obrigado. ----------

----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal: ----------

----- Muito obrigado Senhora deputada. Dou a palavra ao Senhor Deputado Rafael Timóteo que abdica, passarei então ao Deputado Artur Salvador, faz favor. ----------

----- Senhor Deputado Municipal e Presidente da Junta de Freguesia de Sangalhos Artur Salvador, do Grupo Municipal do PPD/PSD: ----------

----- Muito obrigado. Neste ponto, especialmente grato por ele chegar a este momento e vir a esta assembleia, porque, de facto, deve ser um regozijo enorme para Anadia e para este Executivo ter concretizado uma matéria sensível que deve ter vinte anos para mais e, portanto, estarmos aqui a falar de um regulamento, quer dizer que isto vai ser mesmo possível entregar casas a quem mais delas precisa. Não é um conceito fechado, hoje estamos a falar em trinta e sete habitações que dentro de pouco tempo vão ser entregues, aliás, espero que seja a Senhora Presidente a entregá-las, é justo que assim seja, vamos esperar que as obras corram pelo melhor. Mas não é um processo fechado, dentro de pouco tempo também quem nos vai suceder, vai apresentar certamente para o futuro, porque essa é uma necessidade que não para, também outros bairros habitacionais, outros aglomerados de primeiro direito e outras, porque, de facto, essa necessidade persiste. E persiste não sobre um clausulado, um regulamento e aqui os parabéns ao Doutor Fonseca pelo apresentação que fez, é extremamente esclarecedora, porque para o comum dos mortais ler regulamentos e leis é sempre difícil, mas percebemos bem que para atribuir uma casa há responsabilidades, há responsabilidade de quem as vai a habitar e há responsabilidades de quem vai orientar as pessoas que vão ocupar essas casas. E parece-me curto num contrato a cinco ou a dez anos que, eventualmente, haja uma fiscalização da Câmara a dois anos. A experiência que tenho deste segmento é que em dois anos nem as cadeiras lá estão, quando forem fiscalizadas, porque, de facto, estamos a falar de pessoas que também têm que ser educadas para saber viver em comunidade e saber viver numa habitação que, se calhar, não tem as condições onde muitos deles passaram a sua vida.

E, portanto, e é um elemento importante, estruturante para a vivência comunitária do Concelho de Anadia, é um elemento verdadeiramente estruturante que encerra muitos anos de trabalho de muitas pessoas, de muitos técnicos, para que fosse possível, mal existiu a possibilidade de financiamento, de se concretizar estas obras, agora vai ser um novo elemento em Anadia que vai precisar de uma gestão próxima e individual muitas vezes, porque, de facto, ninguém nenhum Executivo seja este, seja os próximos que aí vêm, vai colocar na rua famílias que muitas vezes têm crianças pequenas e, portanto, estes procedimentos tem que ser acautelados, esse procedimento de fiscalização, de atribuição de casas, seja com insolvências de tribunal, seja com parcos rendimentos, seja com quebra de rendimento, rendas em atraso, são sempre situações complicadas de gerir, mas fazem parte da nossa vivência, portanto, esta realidade vai chegar dentro de pouco tempo a Anadia e vamos precisar de trabalhar com ela. Aliás, só um passo atrás para falar dos recursos que vão ser precisos alocar a esta nova necessidade de trabalho para a Câmara Municipal. Se até aqui estávamos a falar em alocar um técnico para tratar das multas, vai ser preciso também alocar pessoas para tratarem deste novo segmento e, portanto, é mais trabalho para a Câmara, mais fiscalização, mais procedimentos e é tudo obrigado. ----------

----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal: ----------

----- Muito obrigado Senhor Deputado. Não tenho mais inscrições perguntarei à Senhora Presidente ou ao doutor se têm algo a acrescentar, façam o favor. ----------

----- Senhora Presidente da Câmara Municipal: ----------

----- Da minha parte não, obrigada Hugo e eu acho que devemos ficar por aqui, deixemos as candidaturas correr e os candidatos se inscreverem e nós darmos o apoio possível para que, efetivamente, eles se possam orientar e pronto, e que tenhamos a possibilidade de começar a entregar efetivamente algumas dessas habitações. ----------

----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal: ----------

----- Muito obrigado Senhora Presidente, obrigado Doutor Hugo. Passaremos então à votação: primeira fila quem vota a favor, segunda fila, terceira fila, mais um que estava distraído. Sou num nos chama quarta fila, Mesa. Quem se abstém primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, uma abstenção. Portanto, num universo de trinta Deputados e no uso da competência estabelecida nas alínea g) do n.º 1 do art.º 6.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia – alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – a Assembleia Municipal deliberou aprovar a proposta da Câmara Municipal de projeto final de Regulamento Municipal para Atribuição de Habitações em Regime de Arrendamento Apoiado ou de Arrendamento Acessível, encontrando-se cópia em anexo à minuta aprovada, da qual faz parte integrante. ----------

----- Esta deliberação foi aprovada por maioria, com vinte e nove votos a favor, dos Deputados do Grupo Municipal do MIAP, dos Deputados do Gruo Municipal do PPD/PSD Mário Augusto Carreira Heleno, João José Rodrigues Gaspar, Graciete da Piedade Seco Vaz de Crasto, João Carlos Seabra da Silveira Costeira, Ana Cristina Gonçalves dos Reis e Silva, Manuel Augusto de

Seabra Salgueiro Neves, Artur Domingues Pires Salvador e David Martins Fernandes, dos Deputados do Grupo Municipal do PS, do Deputado do PCP e da Deputada do +PNT, zero votos contra e uma abstenção do Deputado do Grupo Municipal do PPD/PSD César Henrique de Seabra Rangel e Andrade. ----------

----- Muito bem, Vamos apreciar o **ponto quinto da ordem de trabalhos**, abrindo desde já a sua apreciação e discussão. Não há inscrições para apreciação deste ponto, pelo que passo desde já, passo desde já, à votação do ponto quinto e no que se refere ao mapa de pessoal aprovado para o ano de dois mil e vinte cinco. Quem vota a favor: primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, Mesa. Quem se abstém: primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila. Portanto, num universo de trinta Deputados e no uso da competência estabelecida na alínea o) do n.º 1 do art.º 6.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia – alínea o) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – a Assembleia Municipal deliberou aprovar a proposta da Câmara Municipal de primeira alteração ao Mapa de Pessoal aprovado para o ano dois mil e vinte cinco, encontrando-se cópia em anexo à minuta aprovada, da qual faz parte integrante. ----------

----- Esta deliberação foi aprovada por maioria, com vinte e sete votos a favor, dos Deputados do Grupo Municipal do MIAP, dos Deputados do Gruo Municipal do PPD/PSD Mário Augusto Carreira Heleno, João José Rodrigues Gaspar, Graciete da Piedade Seco Vaz de Crasto, Manuel Augusto de Seabra Salgueiro Neves, Artur Domingues Pires Salvador e David Martins Fernandes, dos Deputados do Grupo Municipal do PS, do Deputado do PCP e da Deputada do +PNT, zero votos contra e três abstenções dos Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD João Carlos Seabra da Silveira Costeira, Ana Cristina Gonçalves dos Reis e Silva e César Henrique de Seabra Rangel e Andrade. ----------

----- Vamos ao **ponto número seis apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de nomeação do júri de recrutamento de cargos de direção intermédia, conforme a lei quarenta e não de dois mil e doze**, pelo que, desde já, abro à discussão. Quem quiser intervir e dou a palavra a quem quiser intervir. Não havendo, não havendo inscrições, passarei então à votação do ponto seis. Quem vota a favor: primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, Mesa. Quem se abstém: primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila. E, portanto, e num universo de trinta Deputados e no uso da competência estabelecida no art.º 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto a Assembleia Municipal deliberou aprovar a proposta da Câmara Municipal de nomeação do júri de recrutamento de cargos de direção intermédia, encontrando-se cópia em anexo à minuta aprovada, da qual faz parte integrante. ----------

----- Esta deliberação foi aprovada por maioria, com vinte e sete votos a favor, dos Deputados do Grupo Municipal do MIAP, dos Deputados do Gruo Municipal do PPD/PSD Mário Augusto Carreira Heleno, João José Rodrigues Gaspar, Graciete da Piedade Seco Vaz de Crasto, Manuel Augusto de Seabra Salgueiro Neves, Artur Domingues Pires Salvador e David Martins Fernandes, dos Deputados do Grupo Municipal do PS, do Deputado do PCP e da Deputada do

+PNT, zero votos contra e três abstenções dos Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD João Carlos Seabra da Silveira Costeira, Ana Cristina Gonçalves dos Reis e Silva e César Henrique de Seabra Rangel e Andrade. ----------

----- Passaremos agora ao ponto número sete, conforme votação, conforme votação da inclusão deste ponto que é o ponto **proposta de retificação e aclaração do anexo A do Regulamento de Liquidação e Cobrança das Taxas**, pelo que, desde já e depois de já terem visto não sei se alguém quererá intervir neste sentido? Nós damos os três minutos para leitura.

----- Terminou o tempo para a leitura do documento, pelo que voltamos então ao ponto número sete. Convido a Senhora Presidente se quer apresentar este ponto número sete, pese embora estar fresquinho, porque estes três minutos deram perfeitamente para ler e reler o documento, caso não seja intenção da Senhora Engenheira apresentá-lo, pô-lo-ei desde já à consideração do plenário, Senhora não quer tecer nenhuma consideração? ----------

----- Senhora Presidente da Câmara Municipal: ----------

----- Só dizer-vos que, efetivamente, o regulamento foi aprovado também na Assembleia, entrou em vigor a um de fevereiro, depois da publicação em Diário da República e ao carregar o documento na plataforma se verificou aqui algumas situações que entre o processo de ir à Câmara, passar para consulta pública, consulta pública volta à Câmara e da Câmara para a assembleia. Houve aqui algum desfasamento e alguma troca de valores no excel. E a delicadeza disto passa porque, efetivamente, com esta alteração de valores, tem uma implicação significativa na cobrança aos nossos munícipes, como tal, propõe-se a respetiva retificação com esta aclaração que está aqui presente. Em termos práticos se alguém tiver alguma dúvida, temos aqui o Arquiteto Adelino, o Diretor de Departamento da área do Urbanismo, que poderá melhor explicitar caso haja alguma questão técnica que vocês tenham, que queiram colocar da aplicabilidade, isto é, enfim, termos técnicos. ----------

----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal: ----------

----- Muito obrigado Senhora Presidente. Não havendo então inscrições vou pôr à votação, à votação do plenário este ponto de aclaração do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas do Município. Quem vota a favor: primeira fila, segunda fila quem vota a favor, terceira fila quem vota a favor, Quarta fila. Quem vota a favor Mesa. Quem vota contra primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila. Quem se abstém. Portanto, num universo de trinta Deputados e no uso da competência estabelecida na alínea b) e g) do n.º 1 do art.º 6.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia – alínea b) e g) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – a Assembleia Municipal deliberou aprovar a proposta da Câmara Municipal de retificação e aclaração do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas do Município de Anadia, aprovado em sessão ordinária do passado dia 13 de dezembro de 2024, encontrando-se cópia em anexo à minuta aprovada, da qual faz parte integrante. ----------

----- Esta deliberação foi aprovada por maioria, com vinte e nove votos a favor, dos Deputados do Grupo Municipal do MIAP, dos Deputados do Gruo Municipal do PPD/PSD Mário Augusto Carreira Heleno, João José Rodrigues Gaspar, Graciete da Piedade Seco Vaz de Crasto, João

Carlos Seabra da Silveira Costeira, Ana Cristina Gonçalves dos Reis e Silva, Manuel Augusto de Seabra Salgueiro Neves, Artur Domingues Pires Salvador e David Martins Fernandes, dos Deputados do Grupo Municipal do PS, do Deputado do PCP e da Deputada do +PNT, zero votos contra e uma abstenção do Deputado do Grupo Municipal do PPD/PSD César Henrique de Seabra Rangel e Andrade. ----------

----- Chegaram à Mesa dois pedidos do Grupo Municipal do MIAP, em que propõe que seja aprovada em minuta a fim de produzir efeitos imediatos nos termos do que dispõe o número quatro do artigo quinquagésimo sexto do regimento, dos pontos dois, três, quatro, cinco, e seis do período da ordem do dia. Quem vota a favor: primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, Mesa. Portanto, num universo de trinta Deputados a Assembleia Municipal e por unanimidade, com trinta votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar esta deliberação em minuta para produzir efeitos imediatos, nos termos do que dispõe o n.º 4 do art.º 53.º do Regimento – n.º 3 do art.º 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. ----------

----- Aquando da votação não se encontrava presente na sala o Deputado Municipal Henrique Manuel Lameirinhas de Almeida Rodrigues do Grupo Municipal do PPD/PSD. ----------

----- Uma segunda proposta de aprovação em minuta relativamente e também do MIAP, como há bocadinho referi, do ponto sete, que é este o último que foi aditado, para produzir efeitos também eles e quiçá mais importantes, pelo imediatismo da situação, do ponto sete da ordem do dia. Quem vota a favor: primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, Mesa. Portanto, num universo de trinta Deputados a Assembleia Municipal e por unanimidade, com trinta votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar esta deliberação em minuta para produzir efeitos imediatos, nos termos do que dispõe o n.º 4 do art.º 53.º do Regimento – n.º 3 do art.º 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. ----------

----- Aquando da votação não se encontrava presente na sala o Deputado Municipal Henrique Manuel Lameirinhas de Almeida Rodrigues do Grupo Municipal do PPD/PSD. ----------

----- Penso não haver inscrições, penso não, não há para já inscrição nenhuma relativamente ao período de intervenção do público, consagrado regimentalmente, pelo que agradecendo a vossa presença, dou por encerrada esta sessão, são dezassete horas e vinte e dois minutos, e da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que tem como suporte a gravação digital de tudo o que ocorreu na sessão e que vai ser assinada pelos membros da Mesa.----------

O Presidente -

O Primeiro Secretário -

A Segunda Secretária -